



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

MARIA EDUARDA CALLAI NEGRI

**EMPODERAMENTO FEMININO E INTEGRAÇÃO SOCIAL
DE MULHERES REFUGIADAS POR MEIO DO
EMPREENDEDORISMO**

BRASÍLIA
2016

MARIA EDUARDA CALLAI NEGRI

**EMPODERAMENTO FEMININO E INTEGRAÇÃO SOCIAL
DE MULHERES REFUGIADAS POR MEIO DO
EMPREENDEDORISMO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília (UnICEUB) como
pré-requisito para a obtenção de Certificado
de Conclusão de Curso de Graduação *Latu
Sensu* na área de Relações Internacionais.
Orientadora: Raquel Boing Marinucci

BRASÍLIA
2016

MARIA EDUARDA CALLAI NEGRI

**EMPODERAMENTO FEMININO E INTEGRAÇÃO SOCIAL
DE MULHERES REFUGIADAS POR MEIO DO
EMPREENDEDORISMO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB) como
pré-requisito para a obtenção de Certificado
de Conclusão de Curso de Graduação Latu
Sensu na área de Relações Internacionais.

Brasília, _____ de _____ de 2016

Banca examinadora:

Professora Raquel Boing Marinucci
Orientadora

Professor examinador

Professor examinador

A todos que lutam pela igualdade de gênero, aos refugiados que encontram forças para recomeçar, e a quem trabalha para fazer do mundo um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão desta etapa, meus maiores agradecimentos são destinados às pessoas que eu mais amo: aos meus pais, por me proporcionarem a realização dos meus sonhos, ao meu irmão, pelo companheirismo e por apoiar todas as minhas decisões, à minha melhor amiga, por sempre confiar no meu potencial e acreditar em mim, e aos meus amigos, pelos anos inesquecíveis de amizade.

E, por fim, à minha professora orientadora, Raquel Boing Marinucci, por ter sido uma professora inesquecível ao longo da minha graduação, e pela paciência e atenção como orientadora.

RESUMO

Compreendendo a urgência da causa do refúgio e a transversalização com questões de gênero e empoderamento, este estudo tem como objetivo investigar o papel do empreendedorismo feminino no remanejamento de famílias sírias refugiadas no Brasil. O trabalho discute a voluntariedade do fenômeno migratório e as relações de poder no núcleo familiar e social. Se reconhece também a condição da mulher refugiada como agente de desenvolvimento, e como ações coletivas se aplicam às comunidades de pessoas refugiadas. Discute ainda a definição de empreendedorismo, políticas públicas relevantes e o perfil de empreendedores no Brasil, trazendo quatro exemplos de mulheres refugiadas empreendedoras. É apresentado, ainda, o panorama atual das solicitações de refúgio no Brasil e na Europa, e os diferentes projetos de incentivo ao empreendedorismo voltados às mulheres refugiadas no Brasil.

Palavras-chave: Refugiada empreendedora. Migração feminina muçulmana. Empoderamento feminino. Empreendedorismo.

ABSTRACT

Understanding the urgency of the cause of refuge and the mainstreaming of gender and empowerment issues, this study aims to investigate the role of female entrepreneurship in the relocation of Syrian refugee families in Brazil. The paper discusses the voluntariness of the migration phenomenon and the power relations within the family and social nuclei. The condition of refugee women as development agents is also recognized, and how collective actions are applied to refugee communities. It also discusses the definition of entrepreneurship, relevant public policies and the profile of entrepreneurs in Brazil, bringing four examples of entrepreneurial refugee women. It likewise provides the current situation of asylum applications in Brazil and Europe, and the different projects to encourage entrepreneurship intended for refugee women in Brazil.

Keywords: Entrepreneurial women refugee. Muslim female migration. Female empowerment. Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de solicitações de refúgio de 2010 a 2015 no Brasil.....	41
Figura 2 - Número de refugiados reconhecidos no Brasil por país de origem	42
Figura 3 - Distribuição geográfica de refugiados por região no Brasil	43
Figura 4 - As dez principais nacionalidades de requisitantes de asilo na União Europeia.....	43
Figura 5 - Número de solicitações de asilo aprovadas na Europa em 2015 e as principais nacionalidades a receberem asilo.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. MIGRAÇÃO FEMININA MUÇULMANA	11
1.1 O fenômeno involuntário da migração e a teoria feminista.....	11
1.2 O capital social.....	14
1.3 A liberdade como meio e fim para o desenvolvimento e a condição de agenda das mulheres.....	17
1.4 Migrações femininas a favor do desenvolvimento	19
1.5 A ascensão da islamofobia e os desafios da mulher muçulmana migrante	20
2. AÇÕES COLETIVAS E O EMPREENDEDORISMO	24
2.1 A institucionalização das ações coletivas e redes de mobilização civis no Brasil.....	24
2.2 O Empreendedor	27
2.3 O Empreendedorismo no Brasil.....	28
2.4 A mulher empreendedora.....	30
2.5 As comunidades árabes no Brasil	31
2.6 Refugiados empreendedores	33
2.7 O depoimento de mulheres sírias refugiadas	35
2.7.1 <i>Dana Al-Balhki e Muna Darweesh</i>	35
2.7.2 <i>Ghazal Al-Tiwani</i>	37
2.7.3 <i>Rima Eissa</i>	38
3. O PANORAMA DOS REFUGIADOS NO BRASIL EM 2016 E PROJETOS VOLTADOS A REFUGIADOS EMPREENDEDORES	40
3.1 O cenário da crise migratória no Brasil	40
3.2 Projetos sobre empreendedorismo voltados a refugiados no Brasil	45
3.2.1 <i>Projeto Empoderando Refugiadas</i>	45
3.2.2 <i>Projeto Refugiado Empreendedor</i>	48
3.2.3 <i>Projeto Linyon e o Cidadão do Mundo</i>	50
3.2.4 <i>Oficinas de Artesanato para Refugiadas em Brasília</i>	50
3.2.5 <i>Migraflix</i>	51
3.3 O migrante empreendedor na Alemanha	52
3.4 A agenda das Nações Unidas para refugiados	54
3.5 Mudanças na postura do governo brasileiro quanto à recepção de refugiados.....	55
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60
Apêndice A	64
Apêndice B	65

INTRODUÇÃO

De acordo com o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), há atualmente 21,3 milhões de pessoas refugiadas no mundo, o maior índice há 20 anos, das quais 80% refugiam-se em países em desenvolvimento. Quase metade deste número é composto por mulheres, e a maioria das pessoas localiza-se em áreas urbanas. Mais de 11 milhões de pessoas refugiadas são de nacionalidade síria, fazendo dela a maior entre os refugiados. Deste número, 4,8 milhões de sírios fugiram para a Turquia, Líbano, Jordânia, Egito e Iraque, e 6,6 milhões estão deslocadas no interior da Síria. Enquanto isso, cerca de um milhão pediram asilo a países europeus. A Alemanha, com mais de 300 mil pedidos, e 140 mil concessões de asilo, e a Suécia, com 100 mil e 32 mil, respectivamente, são os países europeus que mais concederam asilo. Contudo, a Europa recebe apenas 6% da população refugiada, enquanto o Oriente Médio e a África recebem 39 e 29%, respectivamente, a Ásia, 14%, e as Américas, 12%. Enquanto isso, o Brasil recebeu, apenas em 2015, 28 mil solicitações de refúgio, reconhecendo 8.400 pessoas refugiadas, os dados mais atualizados pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

Entendendo que a causa do refúgio é urgente e a transversalização com questões de gênero e empoderamento das mulheres seja fundamental, este estudo, dividido em três capítulos, tem como objetivo investigar o papel do empreendedorismo feminino no remanejamento de famílias sírias refugiadas no Brasil. O trabalho mira responder o seguinte problema de pesquisa: de que maneira o empreendedorismo auxilia a integração social e o empoderamento de mulheres sírias refugiadas?

O primeiro capítulo deste trabalho aborda, portanto, o fenômeno migratório e suas características, como a involuntariedade durante uma Guerra Civil, para certos indivíduos em maior escala, como mulheres e crianças, na medida em que seus interesses e opiniões possuem menor influência na tomada de decisões. Por isso, é necessário compreender as relações de poder entre homens e mulheres, no núcleo familiar e na sociedade, adotando a ótica de gênero para a análise da realidade migratória, e além dela, outras categorias analíticas, como etnia, classe social e a religião. É necessário também reconhecer a condição de agente da mulher refugiada, capaz de trazer melhorias ao seu próprio bem-estar, de sua família, e da sociedade como um todo, assim como desenvolvimento, entendido como um processo de humanização e não apenas crescimento econômico.

O segundo capítulo discute as características das ações coletivas e como elas se aplicam às comunidades árabes. Discute ainda a definição de empreendedorismo, assim como traça políticas públicas relevantes para quem pretende empreender, o perfil de

empreendedores no Brasil, entre eles mulheres e refugiados. Visando os objetivos específicos deste trabalho, foram identificados quatro casos de empreendedorismo feminino por mulheres sírias refugiadas no Brasil; as histórias de vida e as opiniões de duas destas mulheres foram coletadas por meio de duas entrevistas feitas por e-mail e por telefone, transcritas em anexo ao final deste trabalho. Foram utilizadas também entrevistas a outras refugiadas publicadas por veículos midiáticos.

O terceiro capítulo traz, primeiramente, um panorama atual das solicitações de refúgio no Brasil e na Europa. Embora muitas vezes capacitada, a pessoa refugiada enfrenta grandes dificuldades para adaptar-se ao novo local de residência e conseguir emprego, por razões culturais, pela dificuldade com o idioma, desconfiança por parte do empregador, entre tantas outras dificuldades que afligem a adaptação e inserção social do indivíduo. São averiguadas também as diferentes iniciativas, públicas e privadas, de incentivo ao empreendedorismo voltadas às mulheres refugiadas no Brasil, e a relação destes mecanismos com o empoderamento feminino, assim como a integração social destas mulheres. Não obstante, investigou-se também o perfil do empreendedor migrante na Alemanha, dada a relevância do país no recebimento de refugiados, principalmente de nacionalidade síria. Por fim, é discutida a agenda das Nações Unidas para com refugiados, assim como no Brasil.

A correlação entre a crescente importância do empreendedorismo feminino para a economia e o desenvolvimento social, ainda mais em populações vulneráveis como a de mulheres refugiadas, não corresponde à pequena quantidade de estudos focados no assunto. Muito embora haja diversos estudos sobre empreendedorismo e suas características mundo afora, a maioria avalia dados estatísticos, como o número de empresas criadas, e as relações com a economia e políticas públicas no geral, com pouco aprofundamento teórico e empírico acerca do tema.

1. MIGRAÇÃO FEMININA MUÇULMANA

A migração nos tempos modernos possui diversas facetas; além de uma estratégia de sobrevivência, o ato de migrar passou também a integrar o almejo de melhores condições econômicas e sociais. Sua voluntariedade, porém, permanece discutível. Enquanto há pessoas que, individual ou coletivamente, deslocam-se em busca de estudo, emprego, e melhores condições de vida, há quem migre devido a um conflito, como é o caso das migrações causadas por conflitos internos na Síria. Embora as causas que levaram ao conflito não sejam o tema deste presente trabalho, a Guerra Civil incontestavelmente afetou as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, dando origem a 11 milhões de refugiados sírios pelo mundo. Anterior ao conflito no país, de acordo com a Agência Central de Inteligência (CIA) americana, 87% da população era muçulmana, divididos em 74% sunitas e 13% de alauitas e xiitas, 10% cristã, e 3% divididos entre judeus e drusos. Devida à alta porcentagem da população muçulmana no país, torna-se imprescindível investigar o fenômeno da migração muçulmana pelo mundo, assim como o perfil e o papel exercido pelas mulheres durante tal fenômeno, utilizando o referencial teórico feminista para tal.

1.1 O fenômeno involuntário da migração e a teoria feminista

No passado, o ato de migrar foi uma estratégia de sobrevivência, e ainda caracteriza-se assim, embora a migração nos tempos modernos seja também um estímulo social e econômico (CAMPOS, 2015). Enquanto a teoria afirma que qualquer deslocamento espacial pode ser completamente voluntário ou forçado, a prática não condiz com tais extremidades. O indivíduo dificilmente não possui qualquer capacidade de escolha, mesmo quando há forças maiores o impelindo a esse ato, como a ameaça à vida. Ou seja, até mesmo em casos extremos, como uma Guerra Civil, o indivíduo mantém algum poder de ficar, podendo esconder-se, permanecendo no local, buscando alguma forma de sobreviver. Por outro lado, pode também perceber que o ato de migrar seria sua única chance de sobrevivência.

O laço familiar é um dos principais arranjos sociais adotados por seres humanos, baseado em consanguinidade ou parentesco, como forma de sobrevivência. Além de servir como a primeira instância de socialização do indivíduo, dotando-o com propriedades necessárias para a vida em comunidade, o sistema familiar cobra a cooperação por parte de cada um dos envolvidos, seja ele provedor ou receptor de auxílio. Essa divisão de poderes, portanto, estabelece posições que condicionam os atos de barganha, negociação e tomada de

decisões no núcleo familiar. É possível observar, nos atos migratórios, os diferentes aspectos que influenciam tal propensão, como idade e gênero, e a relevância das relações de poder, principalmente dentro das famílias, na tomada de decisão para migrar (CAMPOS, 2015). O processo de migração torna-se, assim, um fenômeno involuntário para certos indivíduos, na medida em que não tiveram seus interesses e opiniões levados em conta quando a decisão foi tomada. Por isso, ao analisar o fenômeno das migrações, é necessário compreender as relações de poder entre os indivíduos, famílias, e a sociedade.

Jacob Mincer (1978) estabelece a diferenciação entre o indivíduo que está atrelado à migração, e o indivíduo que permanece atrelado ao seu local de residência¹. O primeiro seria o indivíduo que, por si só, não migraria, mas compreende o ganho associado à migração do outro familiar, sendo assim levado a migrar também. O segundo, por sua vez, é o que compreende que não há um ganho agregado maximizado aos outros membros da família, embora individualmente teria motivos para migrar, e acaba ficando. Entretanto, os processos de tal decisão não ocorrem com equivalência a todos os membros da família, sendo os processos de barganha explicitados pelas diferentes relações de poder. Contudo, mais que a cooperação, o que impera na tomada de decisões da família são o poder de barganha, onde as mulheres tendem a sair em desvantagem muitas vezes por não serem as responsáveis pelo sustento da casa e pelo sistema de gênero imposto pela sociedade.

O sistema de gênero, identificado como a divisão de responsabilidades, direitos e obrigações entre homens e mulheres, prescreve um conjunto de expectativas socialmente construídas sobre o comportamento dos indivíduos (MASON, 1986). As relações entre gêneros, portanto, preceituam a posição e o poder de cada membro no seio familiar e na sociedade da qual fazem parte. Utilizar-se-á a definição de Arendt (2001) para poder, na qual

o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome.

A construção familiar, na qual o homem trabalha fora de casa e às mulheres ficam o cuidado dos filhos e do lar, empossam o homem na condição de tomador de decisões. Desse modo, as relações de gênero estão intrinsecamente envolvidas em todo o processo migratório. O sistema patriarcal de muitas sociedades desvaloriza o trabalho feminino, limitando a autonomia da mulher e sua tomada de decisão. Essas relações desiguais de gênero tornam a

¹ Os termos utilizados por Mincer foram *tied mover* e *tied stayer*, traduzidos livremente.

mulher dependente – financeira e socialmente - em relação à figura masculina, seja ela de marido, irmão ou pai.

J. Ann Tickner (1988), teórica feminista, questiona o papel secundário dado às mulheres e a quebra da definição tradicional de segurança, adicionando elementos como a satisfação de necessidades materiais básicas, fortemente ligada ao desenvolvimento social e econômico que este estudo procura analisar. Tickner argumenta que a teoria realista clássica é baseada em premissas sobre a natureza humana que privilegiam a masculinidade. Quando mulheres tornam-se especialistas na disciplina de Relações Internacionais, por exemplo, focam principalmente na política econômica internacional, em questões de justiça distributiva, elementos de menor importância para tal teoria, quando comparados à segurança nacional, por terem menos espaço e oportunidade em um campo com características socialmente construídas masculinas. Tickner critica também a sugestão de que, embora um número cada vez maior de mulheres adentre o campo de Relações Internacionais, estas sentem-se mais confortáveis lidando com questões de bem-estar social que questões de guerra e paz, devido às suas “habilidades de nutrir”². Há uma construção semelhante no âmbito do empreendedorismo feminino visto no segundo capítulo deste estudo, conforme apontam Serafim, Teodósio e Vale (2011) adiante, pois o estereótipo da existência de uma “essência feminina” é reforçado pela sociedade e define as habilidades das mulheres como empreendedoras, limitando as indústrias nas quais as mulheres podem empreender, já que a maioria empreende por necessidade, e não oportunidade.

Concordando com Tickner, o que torna a pesquisa feminista única, como este estudo, é a perspectiva metodológica distinta que fundamentalmente desafia os preconceitos masculinos, muitas vezes invisíveis na maneira como o conhecimento tem sido tradicionalmente construído em todas as disciplinas. Os estudos feministas são geralmente transdisciplinares e políticos, pois possuem o objetivo de trazer mudanças não somente nas questões de hierarquia de gênero, como outras hierarquias de poder – a teoria realista nas Relações Internacionais, por exemplo. Embora reconheça que uma pesquisa deve ter “importância para o mundo real”, segundo Keohane, o feminismo desafia o que constitui essa “importância” e até mesmo o “mundo real”. Este estudo pretende, portanto, projetar uma pesquisa que seja útil tanto para mulheres quanto para os homens, que seja menos tendenciosa e mais universal do que a pesquisa convencional, comprometida com o conhecimento como forma de emancipação.

² Tradução livre do termo *nurturing skills*.

Por este estudo tratar de questões migratórias, o referencial teórico feminista é imprescindível pois o número de mulheres migrantes tem sido consistente. De acordo com os últimos dados da Organização das Nações Unidas (ONU), referentes ao ano de 2013, 48% do total de migrantes internacionais são mulheres, e 51,6% dos migrantes vindos a América Latina e Caribe foram mulheres. Essa porcentagem mantém-se consistente desde os anos 1990. O que mudou, no entanto, foi o perfil da mulher migrante. No passado, mães, filhas e irmãs costumavam acompanhar os homens da família, enquanto hoje observa-se um número crescente de mulheres com um projeto migratório individual, que se deslocam por razões de trabalho, muitas vezes por serem provedoras do lar, devido a sua emancipação, mostrando a migração como sinal de empoderamento feminino. Nesse caso, seria uma migração “totalmente voluntária”, em busca de trabalho ou melhores salários (CAMPOS, 2015, p. 277). Entretanto, a responsabilidade de sustentar a família pode obrigar a mulher migrante a se sujeitar a duras condições de trabalho, significando que embora o perfil da migrante tenha se transformado, a mudança nem sempre significa maior autonomia e respeito de direitos fundamentais (MARINUCCI; MILESI, 2015, p. 56).

O enfoque sobre migrações nas pesquisas acadêmicas tem acompanhado a mudança do perfil, as causas e consequências da migração feminina, adotando a ótica de gênero para a análise da realidade migratória. Além disso, gênero como categoria relaciona-se também a outras categorias analíticas, como etnia, classe social e a religião. Sejam migrantes ou não, é necessário compreender a condição de agentes das mulheres na atualidade e o seu significado para o desenvolvimento do país de residência, e sua relação com o capital social.

1.2 O Capital Social

O conceito de Capital Social conforme abordado por Maria Celina D’Araújo (2003) diz respeito ao interesse geral de desenvolvimento econômico, humano, social e democrático. Em 1990, o Banco Mundial passou a distinguir quatro formas de capital em seus projetos de desenvolvimento: o capital natural, financeiro, humano e social. O conceito vem sendo aplicado a diversas áreas de conhecimento, mas cabe a este trabalho destacar as áreas política e econômica, conforme D’Araújo (2003). Na área política, as relações entre capital social e democracia no mundo contemporâneo são destacadas, relacionada também às mudanças de valores morais e seus impactos justamente na cultura cívica e democrática. Já a área econômica demonstra:

a importância da cultura para o desenvolvimento e de que forma agências de fomento, públicas ou privadas, e organizações não governamentais podem instrumentalizar o conceito, fazendo dele um recurso valioso para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico e para a avaliação de resultados de projetos de fomento (D'ARAÚJO, 2003, p. 8).

Este trabalho pretende demonstrar através de exemplos práticos a importância de projetos de fomento ao empreendedorismo direcionados às pessoas refugiadas no país, envolvendo tanto a área política quanto econômica conforme explicitado por D'Araújo (2003), e utilizando a descrição do Banco Mundial previamente citada de capital financeiro, humano e social. O primeiro diz respeito ao capital produzido pela sociedade, expressado em infraestrutura, bens de capital, e, mais relevante para este trabalho, capital financeiro, imobiliário, entre outros. Já o capital humano é definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de uma população; pretende-se averiguar de quais maneiras o setor público e privado está acompanhando a situação da população refugiada no Brasil, em especial as mulheres, o que por fim leva à definição de capital social, que se refere à capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação para a produção de bens coletivos. Refere-se ainda às instituições, relações e normas sociais que qualificam as relações interpessoais de uma sociedade. Pretende-se compreender tanto a influência das relações interpessoais, quanto do papel das instituições para o bem-estar da população refugiada.

A cultura cívica, política e as tradições de uma população são fatores que influenciam o bem-estar de uma população (D'ARAÚJO, 2003). Ou seja, tanto a cultura cívica da população refugiada, quanto a atitude da população do país que as recebe são fatores importantes para a adaptação dos dois lados, levando à integração de uma sociedade consolidada. Contudo, tal argumento não pretende contrariar a corrente do Institucionalismo, mas compreender sua correlação; seria uma sociedade democrática o resultado de instituições e regras minuciosas, ou por sua vez, seria o bom funcionamento de tais instituições influenciado pela cultura cívica local?

Maria da Glória Gohn (2010) aponta que o novo cenário de políticas públicas da última década cria um deslocamento na questão da desigualdade. A pobreza passa a ser subdividida, deixando de ser uma categoria única, e a desigualdade econômica, com ênfase em renda, passa a ser baseada em características sociais e culturais dos grupos. Há o deslocamento da questão da desigualdade para a questão das diferenças e da igualdade para a equidade; o tratamento das desigualdades deve buscar a igualdade. Gohn (2010) salienta ainda que *desigualdade* não é o mesmo que *diferença*. A diferença reflete a diversidade da espécie e de suas formas de expressão cultural e organização política, o que pode ser bem-

vindo desde que não leve à desigualdade, que não deve ser tolerada. Entende-se ainda que a equidade é como um princípio que rege funções distributivas, compensatórias, consideradas histórica e socialmente justas. Tal ponto de vista é correlato à necessidade de políticas compensatórias, como para pessoas refugiadas, tais como programas sociais e cotas, para aparar os efeitos nocivos da desigualdade social, como estratégia de inclusão e democratização. Isto amplia o espectro de participação social pela possibilidade de redistribuição.

Há de chamar atenção ao fato de que, no novo milênio, as ações coletivas de movimentos sociais tiveram que alterar suas práticas e reivindicações para obter resultados e não se isolarem do cenário político. Algumas ações coletivas partiram para ações de resistência e desobediência civil, enquanto outras retrocederam a práticas antigas de clientelismo, confundindo suas esferas de atuação com partidos ou indivíduos no poder político, defendendo uma vontade particular como se fosse uma vontade geral. Neste novo cenário, também houve a alteração no formato de mobilização, agora em redes, que será discutido adiante. Vale adiantar que este novo formato leva ao aumento de conflitos e tensões devido à nova geopolítica gerada pela globalização econômica e cultural. Gohn destaca o papel das novas tecnologias, que expandem os meios de comunicação e alargam essas fronteiras, assim como os conflitos causados pelos processos imigratórios, resultando em novas demandas multi e interculturais, fenômeno discutido neste trabalho por meio das migrações de famílias sírias desde o início dos conflitos em seu país.

Cabe ressaltar também que as demandas dos movimentos sociais migraram de temas mais relacionados a trabalho e condições de moradia tanto na cidade quanto no campo para questões que dizem respeito à expansão do capitalismo; questões de infraestrutura, energia elétrica, acesso à água potável e recursos minerais entraram em pauta como conflito entre aqueles que lutam por seus territórios e agentes econômicos interessados nos mesmos. No caso da população síria, não cabe a este trabalho destrinchar a motivação por trás dos conflitos locais e atuais, mas aceitar a condição de migrante refugiada da população, e o papel das mulheres na adaptação ao novo país.

1.3 A liberdade como meio e fim para o desenvolvimento e a condição de agente das mulheres

Muito embora o século XX tenha estabelecido o regime democrático como o modelo predominante de organização, ressaltando os conceitos de direitos humanos e liberdade política, a opressão, privação e desigualdade podem ser encontradas sob diversas formas, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Amartya Sen (1999) chama a atenção para problemas antigos enfrentados pelas sociedades convivendo com o surgimento de novos problemas, como a pobreza e a não-satisfação de necessidades essenciais – incluindo a fome – a violação de liberdades políticas, ameaças ao meio ambiente, e a sustentabilidade, ou a falta dela, na vida econômica e social. Tais impasses não são atribuídos apenas a países em guerra; são fenômenos encontrados também em países não pertencentes a conflitos ou guerras civis, como o Brasil.

Entre a contemplação destas minorias, Sen aponta também a “ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres” (p. 9). Logo, o desenvolvimento requer que sejam removidas as principais fontes de privação de liberdade, que incluem a falta de oportunidades econômicas, negligência de serviços públicos, e a intolerância e interferência de Estados repressivos. A superação desses problemas, portanto, é uma parte central para o processo de desenvolvimento das nações, sendo de extrema relevância reconhecer a simultaneidade entre a centralidade da condição de agente dos indivíduos, da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance de tais liberdades. Deste modo, a expansão da liberdade é o principal meio e fim para o desenvolvimento, que consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agente. O autor consagra como liberdades instrumentais cruciais as oportunidades econômicas, liberdade política, garantias de transparência e segurança protetora para que o indivíduo seja visto como agente ativo de mudança, e não apenas como recebedor passivo de benefícios. São as oportunidades sociais que dão ao indivíduo a possibilidade de moldar seu próprio destino, contribuindo também de maneira eficaz ao progresso econômico.

No início, os movimentos feministas primavam pelo bem-estar da mulher perante a sociedade. Contudo, os objetivos desenvolveram-se a partir do enfoque *welfarista* para com a condição de agente das mulheres, capazes de melhorar não apenas o seu bem-estar, anteriormente recebido passivamente por meio de auxílio social, como promover transformações sociais capazes de alterar também a vida de homens e crianças. Portanto, as

mulheres não devem deixar seu bem-estar de lado quando se tornam agentes de mudança; o fato de serem ambos agente e paciente não altera as responsabilidades adicionais associadas ao seu novo papel. Na verdade, o enfoque sobre a condição de agente das mulheres pode ser o próprio papel que essa condição assume para a remoção de iniquidades que restringem o bem-estar feminino (SEN, 1999, p. 221).

Concordando com o autor, quando são dadas oportunidades às mulheres para que sejam alfabetizadas, curseem ensino superior, tenham direitos de propriedade, encontrem emprego fora de casa e tenham renda independente, essas consequências positivas de agente ativo empoderam e dão voz às mulheres para participar das decisões dentro e fora da família, e estão diretamente relacionadas à sua própria sobrevivência, das crianças e até mesmo dos homens. O empoderamento feminino consiste, portanto, não apenas da independência econômica mas a emancipação social das mulheres.

Sen argumenta também que há uma relação estreita entre a alfabetização feminina e a sobrevivência das crianças, enquanto tal correlação não é demonstrada no que concerne a alfabetização e trabalho dos homens. Em diversas sociedades, permanece a percepção de que quem está contribuindo financeiramente ao ambiente familiar por meio de trabalho fora de casa, tem maior influência nas decisões da família, como a divisão intrafamiliar de alimentos, cuidados com a saúde, e a forma como as finanças são geridas. Portanto, a oportunidade dada às mulheres para que também possam auferir renda tende a melhorar a posição relativa feminina no âmbito familiar e social. O empoderamento dá voz para que mais mulheres participem da vida política, de questões ambientais, do mundo acadêmico, entre outros âmbitos. A liberdade nesta área (trabalhar fora de casa) contribui para o aumento de outras liberdades essenciais (não sofrer fome, doenças, decisões sobre natalidade e fecundidade, entre outras privações).

Entretanto, a baixa participação econômica das mulheres em muitos países está ligada à carência de acesso a recursos econômicos, não só relacionados ao capital como à terra. Tais recursos tendem a concentrar-se nos membros homens da família, tornando mais difícil para uma mulher iniciar um empreendimento e conseguir microcrédito, por exemplo, por não possuírem bens que possam servir como garantia aos credores.

A condição de agente das mulheres ainda é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre desenvolvimento, embora dados anteriores apontem que esta condição de agente seja um dos principais mediadores de mudança social e econômica, e beneficiam não só o bem-estar feminino, como interferem diretamente na mortalidade infantil e na economia. “Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do

desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres” (SEN, 1999, p. 235). A condição de agente das mulheres deve ser, portanto, prioritária na pauta política e civil dos países pois influencia as demais conquistas econômicas e sociais pretendidas.

1.4 Migrações femininas a favor do desenvolvimento

Uma abordagem mais estrutural sobre desenvolvimento questiona a capacidade do capitalismo em garantir um desenvolvimento sustentável e a diminuição da desigualdade social, entendendo o termo desenvolvimento como um processo de humanização e não apenas crescimento econômico (MARINUCCI; MILESI, 2015, p. 61). As migrações teriam então um papel fundamental para alcançar um modelo mais participativo e inclusivo ao denunciar a desigualdade presente na sociedade internacional. A presença feminina, portanto, ocupa três âmbitos principais, o espaço reprodutivo, o produtivo, e o público, conforme destacam Marinucci e Milesi (2015):

a) O espaço reprodutivo

Conforme apontado por Sen, quando a mulher tem a oportunidade de trabalhar fora de casa e auferir renda, ela preocupa-se com o bem-estar da família, principalmente dos filhos. No caso da mulher migrante, quando afastada da família, ela costuma enviar remessas do que recebeu com maior constância que homens migrantes, sendo essas fundamentais para o sustento da família. Ao lutar contra a pobreza, a mulher acaba lutando também contra a discriminação, pois ao tornar-se a principal provedora econômica do lar, a mulher acaba por quebrar tipificações de gênero que anteriormente a qualificava apenas ao ambiente reprodutivo, subordinada ao homem. A mulher que migra junto ao núcleo familiar, tipicamente, torna-se agente do âmbito doméstico, responsável pelo processo de integração dos filhos ao adquirir traços da nova sociedade ao mesmo tempo em que dá continuidade às tradições culturais de seu país de origem.

b) O espaço produtivo

À medida em que a mulher migrante passa a trabalhar fora de casa, ela assume a dupla jornada – responsabilidades no espaço reprodutivo e produtivo. Entretanto, principalmente em situação de refúgio ou migração ilegal, tendem a ter dificuldade em encontrar emprego formal, às vezes por falta de capacitação. Restam a elas serviços

domésticos, que possibilitam a mulher nativa do país a trabalhar fora de casa enquanto a estrangeira realiza tarefas de cuidado, dos filhos, de idosos e do lar. O progresso de um grupo de mulheres dá-se às custas de outras, reproduzindo relações neocoloniais e muitas vezes discriminatórias (MARINUCCI & MILESI, 2015). A mulher refugiada, ao aceitar essas condições, colabora para a denúncia das falhas do atual modelo de desenvolvimento.

c) O espaço público

Ao organizarem-se em associações ou movimentos para reivindicação de direitos, mulheres refugiadas procuram um papel de destaque no espaço público, pois utilizam-se de sua própria voz, integram e lideram grupos, ao invés de participarem de grupos nativos em favor de sua causa. A atividade pode levá-las a atuar em serviços de mediação intercultural e cooperação internacional, serviços que também podem ser desempenhados por nativos, mas que mulheres refugiadas já o fazem com destreza, devido ao conhecimento cultural, entre outros. Percebe-se então a importância de políticas públicas a favor do treinamento e educação de mulheres refugiadas, pois estas são capazes de desenvolverem tanto o papel da mulher quanto da sociedade a qual integram.

1.5 A ascensão da islamofobia e os desafios da mulher muçulmana migrante

A alta onda migratória no Brasil de indivíduos de origem árabe traz à tona a questão da xenofobia para com esta população muçulmana. O surgimento do Estado-Nação marca o período de regulamentação das relações entre Estado e Religião no mundo ocidental, por meio da separação entre as esferas e da garantia à liberdade religiosa. Por mais que a difusão de certos movimentos sociais levarem o debate para a construção de sociedades mais plurais, o multiculturalismo proveniente da intensa imigração aflorou, em certos casos, estereótipos de cunho religioso (MARINUCCI, 2015). Cresce, principalmente em países com forte tradição laica, a rejeição da imigração islâmica por parte de segmentos sociais diversificados, como grupos xenófobos, defensores da civilização cristã, laicistas de esquerda, segmentos preocupados com terrorismo islâmico, defensores dos direitos das mulheres, entre outros. Estes grupos costumam menosprezar as diversidades nacionais, culturais e étnicas da tradição islâmica, assumindo uma abordagem analítica essencialista e estereotipada dessa religião, perdendo a capacidade de reconhecer sua heterogeneidade e reduzindo o papel da identidade, que deixa de ser uma construção individual, plural, produto

da interação entre nacionalidade, etnia, religião, gênero, classe e ambiente sociais, entre outras (MARINUCCI, 2015).

Conforme o Conselho da Europa define, a expressão “islamofobia” não se trata apenas do “medo do terrorismo islâmico”, mas como

o medo de ou ponto de vista preconceituoso em relação ao Islã, muçulmanos e assuntos que lhes digam respeito. [...] Seja como formas diárias de racismo e discriminação ou formas mais violentas, a islamofobia é uma violação dos direitos humanos e uma ameaça para a coesão social. [...] A este respeito, a islamofobia é uma ameaça para as nossas sociedades e os valores dos direitos humanos, da democracia pluralista e a valorização da diversidade como uma mais-valia (EUROPEAN COUNCIL apud MARINUCCI, 2015, tradução livre).

Marinucci (2015) destaca que a ideologia de Samuel P. Huntington sobre o Choque de Civilizações sustenta tal visão estereotipada, transformando a religião islâmica em uma espécie de bode expiatório, para ter a quem culpar pelas mazelas da humanidade, pois neste caso a pluralidade presente na identidade do ser humano veicula alguma forma de discriminação. Destaca ainda que a literatura feminista tem utilizado, por meio de enfoques diferentes, os conceitos de “interseccionalidade” e “categorias articuladas” como ferramentas para analisar a maneira como a identidade incide no empoderamento ou desempoderamento feminino. A ideia é que diferentes âmbitos de opressão muitas vezes entrecruzam-se, tendo seus efeitos multiplicados na mulher migrante, ou seja, a opressão acaba acumulando-se e é intensificada com a articulação das múltiplas discriminações atreladas à identidade da mulher muçulmana migrante, em oposição às representações sociais hegemônicas da sociedade a qual ela acaba de chegar. Ela é então reconhecida a partir dos padrões de interpretação de formadores de opinião, como meios de comunicação, o governo, e a igreja, que reduzem epistemologicamente migrantes e refugiados em categorias coletivas (MARINUCCI, 2015). Entretanto, a realidade é mais complexa do que os grupos opressivos reconhecem. Milhões de pessoas, todas complexas e singulares, sofrem pelos estereótipos aos quais se encaixam, pois estes fomentam o preconceito e fobias, sobretudo quando o indivíduo encaixa-se em duas ou mais categorias discriminadas, como é o caso de mulheres muçulmanas migrantes.

As religiões podem ser entendidas como sistemas viventes, que se transformam devido à interação com a pluralidade e alteridade do ambiente externo, fator que é multiplicado uma vez que as diásporas tornam-se constantes e comuns, interagindo com a cultura do novo local de moradia, principalmente se este for de cultura ocidental. Inicia-se então o processo de negociação identitária, pois o migrante internaliza também novos traços culturais, tornando ainda mais complexos os paradigmas religiosos (MARINUCCI, 2015).

Embora a mulher migrante possa sofrer maior opressão, justamente por encaixar-se em tais marcadores estereotipados, ela, assim como outros grupos minoritários, também tem o poder de iniciar processos de emancipação, logrando maior autonomia. A pesquisa de Samper Sierra destacada por Marinucci (2015) indica que o deslocamento geográfico auxilia no empoderamento da mulher muçulmana por três principais fatores. Na maioria das vezes, a migração insere a mulher no mercado de trabalho, possibilitando autonomia financeira e reinterpretação dos papéis de gênero. Já o controle social exercido pelos membros homens da família é reduzido, principalmente quando a migração ocorre em direção a países ocidentalizados e pluralistas, onde o islã é uma religião minoritária. Em terceiro lugar, a migração aumenta o prestígio da emigrada junto à família de origem, pois a mulher torna-se provedora do núcleo familiar e não somente alocada somente à agência no âmbito reprodutivo.

A ideologia de gênero, portanto, perde a legitimidade advinda da religião, assumindo uma conotação cultural e mutável, muito embora as migrantes muçulmanas não renunciem ao islã. Ocorre uma reinterpretação da adesão religiosa, na qual a autonomia individual, antes renegada, ganha força no processo de socialização nas sociedades pluralistas. Ocorre também a ruptura da etnicização da religião, ou seja, a adesão à religião é decorrente de uma opção individual e pessoal, de conhecimento sobre a religião, mais do que uma herança familiar. Percebe-se exemplos de jovens formados em um islã baseado em preconceitos e proibições por suas famílias, mas que ao interagirem com membros da mesma religião oriundos de países e contextos geográficos diferentes, perceberam que a religião é mais aberta do que aquilo que os foi ensinado, distinguindo fundamentos espirituais de práticas culturais. O fundamentalismo, ou a rejeição a qualquer tipo de mudança na estrutura da religião, passa de regra à exceção (MARINUCCI, 2015).

Por outro lado, o isolamento de comunidades muçulmanas, assim como outros grupos religiosos, pode ocorrer após experiências xenófobas e discriminatórias no novo país de origem, tendendo a levar o migrante a recorrer à proteção da comunidade étnica, aderindo a rígidos paradigmas de pertencimento religioso que eram menosprezados anteriormente (MARINUCCI, 2015). Esta categoria, denominada formação de identidade reativa³, tornou-se mais comum após a difusão do “terrorismo islâmico”, ocorrendo também quando o migrante não se identifica com a forma como a qual sua religião é veiculada pela mídia ocidental. Usar o *hijab* ou o *niqab*, no caso das mulheres muçulmanas, entre outras práticas,

³ Originalmente *reactive identity formation*, traduzido livremente.

pode torná-la uma “embaixadora” para sua religião e ponto de interlocução com o mundo ocidental, ajudando a derrubada de estereótipos; mas o mesmo pode ocorrer também com a mulher que decide por não usar o *hijab*. Estes são exemplos de identidades reativas, nas quais na maioria dos casos, são protagonistas as muçulmanas universitárias e assalariadas, que não se opõem a desafiar a família.

Enquanto o uso do véu pode, ou não, representar o poder de agente da mulher, ele pode ser origem de discriminação. Enquanto a legislação de alguns países o proíbe, com alegações sobre a laicidade do Estado, ela reduz também a empregabilidade das mulheres que o usam, assim como aumentam atos de violência física e verbal nas ruas à mulher muçulmana. Para a Anistia Internacional (2012), contudo, a proibição de símbolos religiosos só pode ser aplicada se justificada com argumentos objetivos e racionais, de saúde ou segurança pública, por exemplo. Trata-se de discriminação religiosa nos demais casos, que alimenta a islamofobia e marginaliza mulheres. Por outro lado, a marginalização pode ocorrer de forma dupla ou tripla, por parte da família e da sociedade, quando a mulher muçulmana decide por romper as tradições ao não usar o véu, casar-se com pessoa não-muçulmana, ou decidir trabalhar fora de casa, entre outras ações. Mais que estes exemplos, o que impera na promoção do direito da mulher muçulmana migrante é o reconhecimento de sua autonomia para escolher qualquer um desses caminhos.

2. AÇÕES COLETIVAS E O EMPREENDEDORISMO

As ações sociais no Brasil têm sido estruturadas tanto por agentes não governamentais, por meio de diferentes projetos, quanto pelo governo por meio de políticas públicas. As ações sociais voltadas a pessoas refugiadas devem se empenhar não apenas pela emancipação destas pessoas, mas sua integração no país de acolhimento. Além das ações sociais, as comunidades de refugiados, principalmente na cidade de São Paulo – que abriga o maior número de pessoas refugiadas no Brasil, de acordo com o ACNUR – possuem as características da solidariedade orgânica, devido ao compartilhamento de uma experiência similar causada pela migração forçada e, no caso das mulheres sírias refugiadas entrevistadas neste capítulo, por compartilharem a nacionalidade e religião, além dos aspectos culturais. Buscam resolver problemas – como a procura por moradia, educação para os filhos, e meios de subsistência - com a ajuda uns dos outros, em forma de rede, além de participarem de programas governamentais e não governamentais voltados a eles.

Este capítulo discute também a origem do termo “empreendedorismo”, e como a seu significado clássico relacionado à inovação e tecnologia não constituem a única forma de empreender. Os exemplos de mulheres refugiadas utilizados neste capítulo retratam o empreendedorismo em áreas tradicionais, como o da culinária e massoterapia. Abordar-se-á ainda as políticas públicas para micro e pequenas empresas e o perfil dos empreendedores no Brasil.

2.1 A Institucionalização das ações coletivas e redes de mobilização civis no Brasil

Maria da Glória Gohn (2010) cita Pierre Bourdieu, ao afirmar que “a história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la”, e que não foi o mercado em si que “civilizou” a economia de mercado, mas o movimento social, que contribuiu para sua eficiência. Os movimentos sociais criam formas de ação originais, de forte conteúdo simbólico, com objetivos concretos e de importância para a vida social. A solidariedade, o princípio da maioria das lutas sociais, é exaltada tanto por meio de ações quanto pelas formas de organização. Essa solidariedade será exemplificada adiante no capítulo com o exemplo da rede formada entre pessoas refugiadas na cidade de São Paulo; muitas vezes, os refugiados já estabelecidos no país auxiliam a chegada de outras famílias.

Gohn (2010) observa que uma mudança ocorrida nas últimas décadas nas políticas de parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada encontra-se “na direção do foco central

de análise: do agente para a demanda a ser atendida”. Ou seja, por meio de olhares multifocais, reconhecem-se as carências e procura-se superá-las de forma holística, contemplando gênero, raça, etnia, idade, entre outros fatores, que passam a ser destacados. Acontece então a fragmentação do sujeito coletivo em campos isolados, que, sozinhos, não têm força coletiva; seu ponto de convergência é o próprio Estado, que, por meio de suas ações, mediante a retirada da ação dos movimentos sociais em si. Essas ações se transformam na execução de tarefas programadas, monitoradas e avaliadas para que tenham continuidade. A institucionalização das ações coletivas impera como regulação normativa, contando com regras e espaços demarcados. “A possibilidade de emancipação trabalha entre o processo de construção da democracia, em seu sentido integrador versus emancipador” (DAGNINO; OLIVEIRA; PANFICHI, 2006 apud GOHN, 2010). Entende-se que, no caso de pessoas refugiadas, principalmente mulheres, não se deve apenas dar a estas agentes a sua emancipação senão integrá-las à sociedade. No Brasil, as ações sociais têm sido estruturadas por agentes do Terceiro Setor, ou agentes governamentais, por meio de políticas públicas, conselhos gestores, fóruns temáticos, entre outros. A partir dos anos 1990, mudou-se o foco da distribuição e gestão de fundos, conforme mencionado. Deixou-se de focar em áreas sociais, mas em projetos pontuais, como crianças, jovens e mulheres, passando a propor e não apenas reivindicar. Foi quando diversos movimentos tornaram-se Organizações Não Governamentais.

Em seu trabalho, Gohn (2010) utiliza a definição clássica de Touraine sobre os movimentos sociais, que inclui a posse de uma identidade, tendo um opositor e a articulação de um projeto de vida e de sociedade, questões como a diferença e o multiculturalismo surgem na agenda, assim como os ideais clássicos de liberdade, igualdade e fraternidade e caráter educativo. O primeiro ponto trata da justiça social, enquanto o segundo traduz-se como solidariedade e o terceiro como o princípio da autonomia como inserção e inclusão social e autodeterminação. Atualmente, os movimentos sociais também buscam tematizar e redefinir a esfera pública, realizando parcerias com entidades da sociedade civil e política por meio de associações civis e redes cidadãs, que lutam pela inclusão social de setores tidos como vulneráveis ou excluídos de condições socioeconômicas ou direitos culturais (GOHN, 2010). Há, contudo, a diferenciação entre movimentos sociais e organizações cívicas. Embora o primeiro costume trabalhar o campo do conflito e a segunda o campo da cooperação e integração social, há solidariedade em ambos, de formas distintas.

Pode-se observar, entre as comunidades árabes no Brasil, o fortalecimento do laço comunitário por meio da solidariedade para com os refugiados recém-chegados conforme as

entrevistas realizadas, que na maioria dos casos trata-se de solidariedade orgânica, criada por meio da experiência compartilhada de viver em algum momento em situação de exclusão e pela cultura compartilhada; trata-se da mobilização social que, embora possua baixo teor político, busca resolver problemas sociais por meio da mobilização e do engajamento, neste caso em forma de rede, sem organização hierárquica ou concentrada, e em alguns casos, transnacionais. As redes podem ser descritas como o conjunto de relações interpessoais num campo social que vinculam indivíduos uns aos outros por meio de atividades, eventos, registros orais e escritos, etc. (GOHN, 2010). Não apenas instrumentais, os agentes de tais redes de mobilização civis devem buscar a emancipação, o crescimento econômico, e o desenvolvimento autossustentável de sua população. Este trabalho entende que as redes são suportes ou ferramentas e não substituem totalmente a categoria movimento social, e que para compreender a realidade, é necessário analisar as categorias de tempo histórico e localidade, sendo esta geográfico-espacial e sociocultural no caso dos refugiados sírios, em especial as mulheres. Conforme apontado por Gohn (2010):

A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento autossustentável das populações atendidas, assim como respeitem os direitos dos cidadãos (ãs).

É necessário analisar a realidade enfrentada por esta população no Brasil, não apenas em estado emergencial como em seus primeiros momentos no país, mas em como integrá-la social e economicamente. D'Araújo (2003) utiliza a argumentação de Putnam sobre um maior envolvimento da população com questões públicas, investigar-se-á a atuação da cultura cívica para com as instituições e também a confiança interpessoal dos membros deste grupo, a cooperação voluntária entre membros e não-membros, assim como a participação cívica. Putnam sugere que os sistemas de participação cívica remetem à atuação em diversos tipos de associações, voluntárias e não-voluntárias que representam uma gama de possibilidades de cooperação horizontal. Nela, cada indivíduo tem um grau de importância e pertencimento relativamente igual. Adiante, tratar-se-á da horizontalidade de tal cooperação nas comunidades árabes no Brasil, o papel da mulher, e as mudanças pelas quais tais papéis tem passado.

2.2 O Empreendedor

Na década de 1930, Schumpeter utilizou o termo empreendedor para demonstrar os limites da teoria econômica neoclássica, em especial com relação à inaptidão de tal teoria de analisar o fenômeno do desenvolvimento. O desenvolvimento, entendido como “uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, [e] perturbação do equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1985, p. 47), não é abordado pela teoria do equilíbrio geral. Concordando com o autor, a inovação é capaz de levar tanto ao desenvolvimento quanto ao desequilíbrio. Isto acontece de modo que as economias tornam-se cada vez mais competitivas, principalmente em termos tecnológicos; resgatando o pensamento de Amartya Sen, desenvolvimento não deve ser entendido apenas como crescimento econômico em termos de aumento de capital. O desenvolvimento de um agente, seja em termos de crescimento econômico, inovação tecnológica ou ambos, leva ao aumento da disparidade entre aqueles que não conseguem acompanhá-lo.

Nas últimas décadas, o termo empreendedorismo passou a ser empregado em diversos campos de estudos. A expansão da utilização do termo também foi acompanhada da alargamento do conceito. Ana Cristina Martes (2010) destaca que empreender não é mais uma atividade necessariamente inovadora, mas adaptativa, e não apenas restrita à iniciativa privada, mas passou a englobar a administração pública. Portanto, fez-se necessário resgatar o significado clássico do termo por autores das Ciências Sociais, para então analisar sua mudança por meio dos exemplos de empreendedorismo feminino tratados no terceiro capítulo deste trabalho.

Lambing e Kuehl (2007 apud FURTADO; SILVA; ZANINI, 2015) definem o empreendedor como “o promotor do desenvolvimento econômico, graças às inovações que a prática traz junto às novas combinações de recursos produtivos”, assim como a cultura empreendedora acelera o conhecimento, a aprendizagem, e a criação de novos produtos e serviços, gerando competitividade, riqueza, emprego e desenvolvimento social. Schumpeter (1985) defende que o empresário inovador é concebido como o tipo ideal de empreendedor, pois é um indivíduo socializado, portador de interesse, vontade e intencionalidade. No caso, o empresário inovador é diferente do mero capitalista, pois toma suas decisões baseadas na racionalidade econômica e autointeresse, com base em valores modernos, mas ao mesmo tempo é guiado pela paixão, desejos e conquistas, além de ser um líder. Martes (2010) aponta

que a expansão do negócio e o lucro são o que movem o empresário. Contudo, é necessário diferenciar aqueles que empreendem por necessidade versus oportunidade.

Fontenele (2010) buscou analisar a relação entre o empreendedorismo e o crescimento econômico de um país com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o principal estudo relacionado ao empreendedorismo no mundo, que visa captar toda e qualquer atividade caracterizada por um esforço autônomo para a abertura de uma nova atividade econômica, determinando assim o empreendedorismo presente em uma sociedade. Investigou a influência de variáveis macro e microeconômicas na taxa de empreendedorismo de 64 países. Demonstrou-se a existência de uma relação negativa entre renda per capita e atividade empreendedora total entre os países menos desenvolvidos, enquanto os mais ricos empreendem menos mas tem maior renda per capita, revelando a relevância dos diferentes tipos de empreendedorismo. Nos países de menor renda, prevalece o empreendedorismo por necessidade, aquele criado pela falta de alternativas de emprego, suficientes para sustentar o empreendedor e a sua família, enquanto nos países mais desenvolvidos, por oportunidade, ou seja, o empreendedor que identifica e se prepara para uma futura oportunidade, acumulando capital. Realizando um paralelo junto ao pensamento de Schumpeter (1985), pode-se observar as características descritas pelo autor tanto no empreendedorismo por necessidade quanto por oportunidade, pois ambos requerem o espírito de liderança por parte do empreendedor. As mulheres sírias refugiadas caracterizam-se como empreendedoras por necessidade, pois na maioria dos casos, perderam seu capital ao deixar seu país de origem, não possuíam ocupação anteriormente, e agora empreendem para sustentar a família.

2.3 O empreendedorismo no Brasil

Embora o movimento empreendedor no Brasil possa ser associado aos ciclos econômicos do século XIX, a década de 1990 é marcante graças à criação de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (Sebrae) e a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (Softex), dado o ambiente político e econômico do país. Atualmente, há no Brasil 8,5 milhões de pequenos negócios, que representam 99% das empresas nacionais, gerando 52% dos empregos no país (Sebrae, 2015). De acordo com a pesquisa realizada pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), em 2013, 52% dos novos empreendedores no Brasil – aqueles com menos de três anos e meio de atividade – eram mulheres. Além disso, a força empreendedora feminina é maior nas quatro regiões brasileiras exceto o nordeste, onde 49% das novas empresas são criadas por mulheres. Ou seja, em todas

as regiões do país, a força empreendedora está dividida praticamente igualmente entre homens e mulheres. Entretanto, estudos demonstram que entre os empreendedores brasileiros, as mulheres possuem menos tempo de estudo e menos incentivos, enquanto tentam equilibrar a carreira com os cuidados da casa e da família. O país também apresentava cenário favorável ao empreendedorismo: em 2013, de 100 brasileiros que iniciaram um próprio negócio, 71 o fizeram por oportunidade, e não necessidade. Contudo, a atual crise política e econômica está mudando o cenário empreendedor do Brasil. De acordo com o GEM, no terceiro trimestre de 2015, 38,7% da população economicamente ativa (idades entre 10 e 65 anos) estava fora do mercado de trabalho, sendo 65,8%, mulheres.

Salienta-se, então, que o crescimento da capacidade empreendedora de um país está ligado à educação e conhecimento cultural do empreendedorismo por parte dos cidadãos. Atualmente, vivencia-se a era do empreendedorismo, pois o mesmo é considerado agente principal da redução das distâncias culturais e comerciais. Além disso, descobriu-se que o aumento do produto interno bruto do Brasil está profundamente associado à taxa de novos empreendedores no país. Definem também os diferentes tipos de empreendedores, sendo eles externos (que comandam o próprio empreendimento), internos (que lideram um grupo de companheiros de trabalho), por oportunidade, e o empreendedor por necessidade, previamente mencionados.

No Brasil, a complexa burocracia que permeia a abertura e o fechamento de empresas, e a elevada carga tributária são dificuldades conhecidas daqueles que desejam abrir novos empreendimentos; contudo, há evolução nas leis relacionadas às micro e pequenas empresas, tendo o Sebrae como seu principal ator, com a lei geral de micro e pequenas empresas (Lei Complementar nº 123/2006), que determina que o faturamento anual da micro empresa deve ser de até US\$ 150 mil, e a de pequeno porte, US\$ 1,5 milhão. Já a Lei Federal da Simples ordena tratamento tributário diferenciado a elas, e o Estatuto da Micro e Pequena Empresa criou o Fórum permanente das Micro e Pequenas Empresas no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), ambas revogadas pela Lei Complementar nº 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Por fim, destaca a complexidade em se abrir e fechar empresas no Brasil, o que não auxilia na configuração do país como adequada à atividade empreendedora.

É necessário levar em consideração que a base de sustentação da ação empreendedora está junto às instituições de crédito, políticas e econômicas, pois exercem a função de taxar juros e disponibilizar capital por meio do crédito, ajudando a alavancar ou estancar ciclos de crescimento (MARTES, 2010, p. 256). Schumpeter (1985) destaca o conflito entre o

empreendedor e as instituições, uma vez que ele passa de ser um fruto delas para agir, resistir e lutar contra elas, seja por meio da inovação, impondo novos padrões aos meios de produção, e gerando assim desequilíbrio ao sistema.

Não somente instituições governamentais, privadas, bancos, entre outras, podem ser fontes de resistência, mas também a cultura, o hábito e a tradição, pois até mesmo a ação empreendedora é socialmente construída e possível graças ao capitalismo moderno (MARTES, 2010, p. 257). Da última década em diante, contudo, o terceiro capítulo deste trabalho irá abordar os diferentes estímulos ao empreendedorismo para refugiados como alternativa ao desemprego e como estímulo à integração social e econômica destas pessoas à sociedade brasileira.

2.4 A mulher empreendedora

Dentre o cenário de novos empreendedores, as mulheres tem cada vez mais destaque, alicerçadas muitas vezes em base familiar, local e cultural. Entretanto, a maioria torna-se empreendedora por falta de recolocação no mercado de trabalho. De acordo com o estudo mais recente do GEM, de 2013, as mulheres ocupam 52.2% da população empreendedora no Brasil, com escolaridade inferior ao segundo grau completo, com faixa etária entre 25 e 34 anos e renda inferior a três salários mínimos. O aumento de empreendedores com baixa escolaridade pode ser considerado negativo, pois a falta de expertise leva à descontinuidade dos negócios devida à falta de recursos administrativos, financeiros, e de gestão. Além disso, as mulheres costumam enfrentar dificuldades em suas carreiras como empreendedoras, sendo elas pessoais e familiares, como a conciliação entre o trabalho e a família, financeiros, dificuldades de gestão, falta de credibilidade perante a sociedade e dificuldades de mercado.

Um estudo realizado por Serafim, Teodósio e Vale (2011) discursa sobre o reforço do estereótipo sobre a “essência” feminina, pensamento que define os atributos e habilidades da mulher como empreendedora, reproduzindo um discurso de subordinação da mulher, utilizando o sexo e o gênero como variáveis e não como marco de referência. Esse pensamento é refletido pelas estatísticas, como a seguinte: das 500 maiores empresas da Fortune, apenas 2% de seus chefes são mulheres. No estudo, analisaram-se as redes sociais femininas no processo empreendedor. Historicamente, homens e mulheres estiveram imersos em diferentes tipos de relações sociais – laços fracos e fortes, respectivamente. As mulheres estiveram protegidas por uma densa rede de relações familiares, enquanto os homens dedicaram-se a funções externas, o que estimularam os negócios e o empreendedorismo. No

empreendedorismo, isso traduz-se como mulheres empreendedoras buscando apoio (financiamento, clientela, etc.) em familiares, amigos e pessoas próximas, enquanto os homens buscam fontes mais distantes, tendo mais confiança em pessoas desconhecidas, bancos, e com maior participação em treinamentos, feiras e eventos.

Uma pesquisa desenvolvida por Abdelzaher et al. (2015), baseado em experiências em primeira mão sobre programas de treinamento e educação em empreendedorismo para mulheres, foi realizada com o objetivo de desenvolver uma estrutura de programas para expandir o espírito de liderança em mulheres, levando em consideração o ambiente contextual, fatores humanos e financiamento em países em desenvolvimento. Concluiu-se que as mulheres, ao terminarem os cursos, colocaram em prática o que aprenderam, muitas vezes apesar das adversidades, como nos locais nos quais normas culturais não apoiam iniciativas empreendedoras por parte de mulheres. Percebeu-se também um aumento na participação das mulheres na sociedade civil, e muitas deram continuidade às suas empresas.

Em alguns países da América Latina, no geral, a participação feminina no empreendedorismo na região está abaixo dos índices de países Europeus, da América do Norte, e da Ásia (AMORÓS & TERJESEN, 2010). Embora as iniciativas empreendedoras femininas cubram quase todos os setores da economia, a dificuldade encontra-se em começar um negócio. Na região, é comum associar um empreendimento feminino como uma atividade suplementar, ou seja, uma extensão da família; esta é uma característica do empreendedorismo desenvolvido por algumas mulheres refugiadas. Em dois dos exemplos que serão trazidos ainda neste capítulo, as mulheres sírias que migraram com a família trabalham junto a seus maridos no negócio da família, ambos envolvendo a venda de comidas típicas árabes, preparadas com base em receitas tradicionais.

2.5 As comunidades árabes no Brasil

A chegada de imigrantes sírio-libaneses ao Brasil em 1880 não contou com o sistema de migração subsidiada pelo governo, conforme tratamento dado a grupos europeus, por não se encaixarem no padrão que visava o branqueamento da população e por não se interessarem em se empregar como colonos. A primeira onda de migrantes sírio-libaneses consistiu de uma maioria cristã, mas que conforme o passar do tempo, trouxe os descendentes da atual população muçulmana do país (CASTRO, 2014). A maior parte dos imigrantes que chegavam ao Brasil, em período pré-urbanização, não possuíam capital para investir, partindo para a mascateação como saída para o sustento; chegaram a representar 90% dos vendedores

ambulantes em São Paulo. Ao juntarem certo capital, passavam para a abertura de pequenas lojas, chamando parentes e amigos para trabalhar e vendendo mercadorias por consignação (AMARAL, 2014). A prosperidade adquirida por esses grupos atraiu novos imigrantes árabes, de maioria muçulmana. Ao conferir os primeiros imigrantes já estabelecidos no país e com negócios prósperos, isto auxiliou a integração de cada vez mais imigrantes, visto que aprendiam o idioma local ao trabalhar e já contavam com um sistema de apoio estabelecido.

O desenvolvimento da indústria no Brasil, junto ao progresso das atividades de manufatura fez com que essas pessoas passassem a se dedicar ao comércio de maior porte, fundando novas empresas e aumentando o grau de especialização em certos produtos; o acúmulo de capital, proveniente da venda de produtos na rua contribuiu então para o aparecimento das indústrias têxteis no estado de São Paulo. Os árabes foram responsáveis pela revenda aos donos de confecção dos tecidos que as fábricas de fiação e tecelagem produziam. A rua 25 de Março, na cidade de São Paulo, foi fundada devido à concentração das lojas de venda e armazéns, que concentravam os estrangeiros conterrâneos em comunidades (CASTRO, 2014).

Na década de 1950 no Paraná, na região da tríplice fronteira, o incentivo às exportações de artigos de confecção e manufaturados levou ao domínio árabe de cerca de 80% das 600 empresas exportadoras de Foz do Iguaçu. Na década de 1960, imigrantes sírios e libaneses fundaram a Sociedade dos Amigos e Adjacências da Rua Alfândega. Embora o intuito inicial fosse de proteger a região contra o plano de urbanização, a região passou a concentrar lojas de revenda e varejo no Rio de Janeiro (CASTRO, 2014). Pode-se notar desde então a especialização dos árabes no Brasil no varejo e a criação de comunidades.

Atualmente, existem cerca de 80 associações islâmicas, mesquitas e salas de oração espalhadas pelo Brasil. A grande maioria se denomina Sociedade Beneficente Muçulmana, demonstrando as características do islã para com o auxílio ao próximo assim como sua intenção pacífica de viver em sociedade junto aos costumes brasileiros. Contudo, o esforço em preservar a identidade da comunidade islâmica tornou-a fechada e pouco conhecida no país. O perfil recente da comunidade islâmica no Brasil apresenta uma população urbana de cerca de 99,4%, e aproximadamente 60% masculina. Bem-educados, o índice de alfabetização é de cerca de 90%, dentre os quais, cerca de 13% possuem nível superior. As atividades econômicas exercidas atualmente remetem ao empreendedorismo, concentradas no setor comercial e de prestação de serviços, com cerca de 60% e 10%, respectivamente. Dentro desse universo, 40% são empregadores e outros 30% exercem trabalho autônomo. Destas pessoas, 28% trabalham em empresas com mais de 10 empregados e 62,8% em

empresas com menos empregados ou sozinhos. Nota-se, portanto, que o perfil do muçulmano ativo no Brasil é o de comerciante independente ou de patrão de uma pequena empresa (CASTRO, 2014).

A organização das comunidades árabes no Brasil desenvolveu-se com o passar do tempo; procuraram construir representações políticas nos municípios, para a implementação e garantia de direitos, como o das mulheres utilizarem o hijab e a venda de comida Halal em supermercados (CASTRO, 2014). As comunidades árabes no sul e sudeste do país tem apoiado a chegada de refugiados ao Brasil, conforme reportagem do G1 (MANTOVANI, 2014), Amer Masarani, comerciante sírio no Brasil há mais de 17 anos, afirma que as mesquitas do Pari e de Guarulhos, em São Paulo, atendem mais de 240 refugiados. Depois de trazer o resto de sua família que vivia na Síria até o início do conflito, ele mesmo passou a ajudar diversas famílias a encontrarem moradia, além de ministrar aulas de português e receber famílias em sua própria residência.

2.6 Refugiados Empreendedores

A promoção do empreendedorismo é uma das maneiras de se alcançar as Metas de Desenvolvimento Sustentável da ONU ⁴. Pensando nisso, a Semana Global do Empreendedorismo (*Global Entrepreneurship Week – GEW*) foi anunciada em 2008 por Jonathan Ortman, presidente da GEW, Carl Schramm, ex-presidente e CEO da Fundação Kauffman⁵ e Gordon Brown, ex-primeiro-ministro do Reino Unido, e representantes de 37 países, dos quais 18⁶, entre eles o Brasil, sediaram a campanha. Em 2014, a equipe que criadora da GEW fundou a Rede Global de Empreendedorismo (*Global Entrepreneurship Network – GEN*). A GEN é uma plataforma que, durante todo o ano, sedia e apoia eventos e iniciativas destinadas a criar um ecossistema empreendedor mundial. A Semana Global do Empreendedorismo acontece todo ano no mês de novembro e conta com a participação de mais de 160 países e 15 mil organizações parceiras.

⁴ Consiste de 17 metas para 2030, que inclui a erradicação de todas as formas de pobreza, empoderamento feminino, crescimento econômico inclusivo, e fomento à inovação.

⁵ A Fundação Kauffman, de Kansas City, Missouri, está entre as maiores fundações privadas nos Estados Unidos, com uma base de ativos de aproximadamente US \$ 2 milhões. Trabalha para promover a educação e formação empreendedora, impulsionar políticas favoráveis para *startups* e para entender as demandas de novas empresas.

⁶ Além do Brasil, os países são Alemanha, Bolívia, Brasil, China, Croácia, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Itália, Macedônia, Nepal, Países Baixos, Peru, Polônia, Suécia, Uganda, e Reino Unido.

Em 2015, em meio às discussões sobre a crise humanitária dos refugiados, a edição daquele ano abordou os aspectos positivos que os refugiados trazem aos países que os recebem, como o espírito empreendedor. Assim como o ideal do grande empresário inovador de Schumpeter (1985), especialmente em países assolados por conflitos ou que recebem refugiados, empreendedores são também aqueles que estabelecem pequenos negócios, formais ou informais, e não apenas empresas envolvendo algum tipo de inovação ou tecnologia. O empreendedor refugiado tem a habilidade de perceber e criar novas oportunidades para negócios, agindo como agentes de mudança, mesmo que desenvolvendo negócios tradicionais, como no ramo de restaurantes e comércio. O refugiado empreendedor é, portanto, o indivíduo deslocado de seu país de origem que opera algum tipo de atividade empresarial.

O ambiente empreendedor para o refugiado é substancialmente diferente do ambiente daqueles que desejam empreender normalmente; dentro ou fora de campos de refugiados, essas pessoas estão limitadas quanto às oportunidades de trabalho e empreendedorismo, seja pelos entraves burocráticos, como a documentação exigida pelo país em que se encontram, e a impossibilidade de provar o grau de escolaridade e experiência profissional. Um dos maiores obstáculos enfrentados por refugiados empreendedores é a falta de financiamento e crédito, bem como de recursos (por exemplo, materiais de produção). Além disso, geralmente não há apoio ao seu ambiente de negócios. A divisão entre as comunidades de refugiados e cidadãos locais pode ser mais um obstáculo, perpetuando a falta de uma rede de apoio no país receptor e até mesmo o preconceito. É importante levar em consideração também a condição psicológica e física das pessoas refugiadas, além das responsabilidades familiares, e como isto influencia a motivação para assumir o risco empresarial.

Adereçar estes obstáculos é uma forma de apoiar e facilitar o empreendedorismo entre pessoas refugiadas. O mais importante é a criação de uma infraestrutura ideal para o ambiente de negócios e oportunidades do ponto de vista legal para a criação de empresas. O financiamento também é fundamental para qualquer empresário e especialmente para refugiados, que normalmente não têm acesso aos meios tradicionais, tais como bancos, associações e cooperativas de crédito. Portanto, o papel de Organizações Não Governamentais, assim como Organizações Internacionais, torna-se fundamental para propagação de políticas públicas e projetos voltados a este público. Um documento de base para o Relatório de Migração Mundial de 2015 apresentou seis formas de apoiar os empresários imigrantes, com a prestação de informações; networking (entre refugiados,

migrantes e membros da comunidade de acolhimento); orientação e tutoria; treinamento e formação; investimento e financiamento; e parcerias.

A GEN relata os aspectos positivos trazidos pelo empreendedorismo entre refugiados, como por exemplo, a geração de pelo menos um emprego, o do próprio refugiado empreendedor, podendo ainda empregar outras pessoas até mesmo refugiadas. O segundo aspecto é que os negócios iniciados por refugiados trazem certa normalidade à comunidade em que se encontra, muitas vezes com outros refugiados também; ao venderem comidas típicas, produtos, e ao disponibilizarem serviços que remetem a seus países de origem, refugiados empreendedores preservam tradições e contribuem para o senso de comunidade. Para a instituição, o empreendedorismo melhora o bem-estar psicológico dos indivíduos e o ambiente em campos e comunidades de refugiados.

2.7 O Depoimento de mulheres sírias refugiadas

Quatro mulheres sírias muçulmanas foram escolhidas para compreender melhor a sua realidade como empreendedoras refugiadas no Brasil. Foram realizadas entrevistas, por correio eletrônico, em primeira mão com duas delas: Ghazal Al-Tiwani e Rima Eissa. Além disso, foram utilizados trechos de entrevistas à jornais de grandes circulação, devido à relevância do conteúdo, de Dana Al-Balhki e Muna Darweesh; porém, após diversas tentativas, não foi possível contatá-las. A escolha das quatro mulheres deu-se à partir da nacionalidade, de suas participações em programas voltados a pessoas refugiadas, por se encaixarem no perfil de mulheres que em algum ponto empreenderam após o refúgio, pela indicação dos organizadores dos programas, e também pela atenção que receberam da mídia.

2.7.1 *Dana Al-Balhki e Muna Darweesh*

Dana Al-Balhki mudou-se para o Brasil em 2013. Com a situação insustentável em sua cidade natal, Deraa, seu pai a enviou juntamente de sua irmã para fora da Síria. As irmãs tentaram chegar à Europa por meio do Líbano e da Turquia, mas não obtiveram sucesso, apesar de tentar por meio de embaixadas. Chegaram a receber propostas de contrabando ilegal para o deslocamento a outros países, porém Dana gostaria de que o processo fosse legal e seguro. Foi quando o Brasil facilitou a entrada de refugiados no país, se tornando a melhor opção para imigração. Contudo, sua irmã desistiu da vinda devido à distância do Brasil e retornou à Síria.

Dana chegou ao país sozinha, tendo previamente feito pesquisas online sobre o Brasil e contatando a mesquita sunita do Pari, que a auxiliou a achar acomodação e estudar português. Um mês após sua chegada, Dana conseguiu emprego em uma loja de roupas. Em 2015, já fluente em português, conseguiu um emprego de assistente administrativa. Aos 28 anos e formada em literatura inglesa em Damasco, Dana foi também professora particular de árabe e era autônoma na Síria, lecionando inglês e francês. Atualmente, leciona inglês em um colégio particular na cidade de São Paulo.

Como muçulmana, o uso do *hijab* no Brasil, de acordo com ela, trouxe algumas experiências negativas, mas que os brasileiros em geral são gentis e acolhedores, mas não são bem informados sobre o Islã. Dana considera-se feminista e em entrevista à BBC Brasil (2016), diz que utilizar o *hijab* é uma forma de liberdade, representando a possibilidade de usar o que quiser e praticar sua fé. Diz ainda que a escolha de utilizar o *hijab* é totalmente sua e que, previsto pelo Alcorão, serviria para que a mulher “se preocupe mais com questões intelectuais e espirituais do que corporais”. Contudo, Dana já passou por situações de preconceito, ouvindo piadas sobre sua religião ao andar na rua e ao ter o atendimento em uma loja recusado. Sentiu-se prejudicada, também, ao realizar entrevistas de emprego.

À BBC (2016), Dana discorre sobre feminismo e a escolha em mostrar ou não o corpo:

Aqui [no Brasil] as pessoas parecem não entender isso, mas lá a gente sofre num mundo machista. Para me proteger, o *hijab* é uma parte importante da minha vida. E, quando a gente sai para o mundo ocidental, também existe machismo. Então, se a mulher escolheu não mostrar o corpo, é porque não se sente à vontade. Ela se sente em paz assim. Ela é livre, pode ter essa escolha de colocar, e todo mundo tem que respeitar isso. Como todas as mulheres podem andar de biquíni se quiserem, as muçulmanas, se quiserem andar de burquíni, têm direito. Eu fui à praia e usei um. Olha a pergunta das pessoas: você não pode mostrar o corpo? Poder eu posso, mas não quero. Talvez amanhã eu queira, mas é uma coisa minha.

Ela conta, ainda, que deixou de usar o *hijab* por oito meses no Brasil, mas que esta foi uma escolha pessoal, e que o não-uso não a torna menos muçulmana, mas uma pessoa livre. Ao contar de sua participação em um grupo online feminista para mulheres árabes, criado na Europa, Dana diz que as cristãs criticam o uso do *hijab*, mas que seu uso consta no livro sagrado. Já sobre o uso do *niqab*, modelo que deixa apenas os olhos à mostra, Dana argumenta que é uma invenção cultural que controla e oprime as mulheres. Para ela, atos machistas advindos de toda e qualquer religião devem ser criticados; por isso, o feminismo deve ser definido fora do âmbito religioso e da crença de que apenas certas religiões são machistas e opressoras. Ela conta que na Síria, os cidadãos possuíam liberdade religiosa, mas

não política, e para ela, essa foi a maior causa do conflito. Filha de pais divorciados, conta que a mãe sofreu preconceito de sua comunidade, embora o divórcio esteja presente no alcorão. Sua mãe lutou para que ela estudasse, pois para ela, o diploma e a experiência profissional são armas e constituem uma fortaleza.

Nascida em Latakia, cidade localizada ao oeste da Síria e principal porto do país, Muna Darweesh formou-se em Literatura Inglesa, mas não trabalhava fora de casa. Atualmente, é uma das refugiadas empreendedoras com mais destaque pela mídia brasileira, tendo participado de diversos workshops, e concedido várias entrevistas, até mesmo para veículos televisivos. Sua receita de Falafel, inclusive, foi publicada pelo jornal O Estado de São Paulo. De acordo com entrevista concedida ao site Rostos da Migração, é casada e mãe de quatro filhos, procurou refúgio no Brasil em 2013 com a família. Deixou uma casa em sua cidade natal, que continua intacta em meio à guerra. Quando chegaram ao Brasil, seu marido, Wessam, engenheiro naval, não conseguiu um emprego fixo devido a problemas com a validação do diploma e à insegurança previamente discutida de empregadores brasileiros para com refugiados. Muna assumiu então a posição de principal provedora do lar.

Na Síria, não cozinhava profissionalmente, enquanto no Brasil, são os pratos típicos árabes que garantem o sustento da família, anteriormente preparando receitas para encomendas de sua casa. Atualmente, desenvolveu o Muna – Sabores e Tradições, local onde prepara as receitas para encomendas e leciona aulas de culinária para pequenos grupos. Possui um serviço também de cozinhar na casa ou local indicado pelo cliente. Lecionou também workshops do Migraflix e palestrou no evento de abertura do Programa Refugiado Empreendedor, expostos no terceiro capítulo, contando sua história de empreendedorismo. Questionada se gostaria de regressar à Síria, Muna afirma que sim, mas que não levaria a mesma vida; gostaria de continuar empreendendo e abrir o próprio restaurante no país.

2.7.2 *Ghazal Al-Tiwani*

Ghazal Al-Tiwani, 32 anos, chegou ao Brasil em dezembro de 2013, acompanhada do marido e dos dois filhos – a terceira filha nasceu no Brasil, após migrar para o Líbano. Seu marido, Talal, contatou a mesquita do bairro Brás, na capital paulista, como sugestão do Embaixador do Brasil no Líbano. Receberam auxílio de pessoas da mesquita, que buscaram a família no aeroporto e ficaram na casa dessas pessoas por três meses. Também os ajudaram a alugar um apartamento e a matricular as crianças na escola. Ghazal e seu marido estudaram português na mesquita que frequentam.

Em 2015, no aniversário da filha, ela e o marido fizeram uma festa em sua casa com pratos típicos da culinária árabe. Um voluntário da ONG Instituto de Reintegração do Refugiado (ADUS), instituição que auxiliou a família, perguntou por que não vendiam a comida e criou uma página no *Facebook* para divulgar o serviço. Na Síria, Ghazal era dona de casa, mas passou a trabalhar junto a seu marido vendendo pratos típicos nas feiras organizadas pela mesquita, no Museu da Imigração e em eventos de organizações que recebem refugiados, além de venderem os pratos por meio de encomendas. Devido ao sucesso com a venda e as encomendas, outro voluntário sugeriu então que abrissem um restaurante, e que arrecadassem fundos para tal por meio do sítio eletrônico *Kickante*, plataforma de financiamento coletivo, em que as pessoas podem doar dinheiro. Atingiram a meta de R\$ 60 mil em setembro de 2015, angariando fundos suficientes para dar início ao empreendimento.

Quando começou a trabalhar junto ao marido, ela relata a dificuldade dos cuidados com os filhos, a mais nova então com cinco meses. Os cuidados do lar ainda recaem sobre ela, que não trabalhava fora de casa na Síria. Ela conta que o marido possuía escritório próprio, lojas e imóveis, que garantiam o sustento da família. Opina que preferia não trabalhar fora, mas o faz por necessidade econômica. Questionada sobre empoderamento feminino e feminismo, Ghazal não preferiu não responder; talvez por não dominar completamente o português, ou por não querer expor sua opinião sobre o assunto.

2.7.3 *Rima Eissa*

Rima Eissa tem 41 anos, é solteira e chegou sozinha ao Brasil em abril de 2015. O país foi sua primeira opção devido à facilidade em se obter o visto de refúgio em comparação a países europeus. Formada pela Universidade de Tshreen, na Síria, em Engenharia Agrônoma, além de ter trabalhado na área, Rima era professora de Pilates e massoterapeuta, havendo trabalhado por sete anos com os serviços em hotéis de luxo do país e em Dubai, nos Emirados Árabes. Recém-chegada ao Brasil, ela foi apoiada pela ADUS e conta que o apoio foi essencial para resolver questões de moradia e ideias de subsistência. Foram Ghazal e Talal Al-Tiwani que indicaram a organização à Rima. Percebe-se a importância da rede de apoio entre a comunidade refugiada árabe. Entre as entrevistadas para este trabalho, todas eram amigas entre si na rede social *Facebook*, havendo participado de diversas atividades voltadas a refugiados conjuntamente.

Assim como Muna e Ghazal, Rima também vendeu comida árabe quando chegou, o que diz ter sido um bom começo. Pesquisou e encontrou um centro japonês de massagem *Shiatsu* no bairro da Aclimação, em São Paulo, dois meses após sua chegada e percebeu que não havia especialistas em sua técnica de massagem, desenvolvendo assim seu plano de negócios como massagista autônoma, indo até a casa do cliente com a maca e os produtos necessários, realizando drenagem linfática.

Rima diz não sentir dificuldades específicas por ser mulher ao abrir seu negócio, mas que também não sentia ao trabalhar na Síria; relata que anteriormente ao conflito, as mulheres muçulmanas como ela, ou não, eram independentes e tinham sua própria vida. Lá, contava com a fonte de renda extra advinda da pensão do pai falecido. Sobre empoderamento feminino, Rima elucida que a mulher brasileira não conhece sua força, pois trabalha fora de casa, cuida da família, e da casa – a tripla jornada de trabalho. Diz ainda que oportunidades têm de ser destinadas às mulheres, pois querem provar o seu valor perante a sociedade. Sobre planos futuros, passou no vestibular da Universidade Paulista para curso técnico em estética e cosmética, mas ainda não tem condições de bancá-lo. Pretende expandir seu próprio negócio como massagista e *personal trainer*; no momento precisa de auxílio para divulgar seu trabalho e orientações de marketing. Destaca, por fim, uma série de agradecimentos a pessoas da comunidade árabe que a ajudam, assim como elogia “os corações das pessoas” no Brasil.

3. O PANORAMA DOS REFUGIADOS NO BRASIL EM 2016 E PROJETOS VOLTADOS A REFUGIADOS EMPREENDEDORES

Em julho de 1997, sob a Lei nº 9.474, o Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967. A mesma lei promulgou a lei de refúgio brasileira, utilizando a ampla definição de refugiado estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984, que considera a “violação generalizada de direitos humanos” como uma das causas de reconhecimento de tal condição.

A partir desta lei, foi criado o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), um órgão interministerial presidido pelo Ministério da Justiça. O órgão lida principalmente com a formulação de políticas para refugiados no país, como a regulamentação da elegibilidade, a integração local de refugiados, a garantia dos documentos básicos, como documento de identificação e de trabalho, além da liberdade de movimentação por todo o território nacional, entre outros direitos civis.

Em 2016, o Brasil passou a acolher mais refugiados que alguns países europeus, como a Grã-Bretanha, Holanda e França, com números próximos aos da Itália. O número, contudo, ainda é bem inferior quando comparado à Alemanha, país que mais recebeu refugiados na União Europeia. Contudo, pelo fato de serem mais próximos geograficamente e ao estarem recebendo menos refugiados que o Brasil, localizado em outro continente, isto demonstra a boa vontade do país em aprovar as requisições de refúgio recebidas, e as mudanças pelas quais as pessoas que procuram refúgio estão dispostas a enfrentar. Contudo, a suspensão brasileira da negociação com países europeus para receber refugiados em junho de 2016 deve mudar o cenário da população refugiada no país. A postura do atual governo demonstra retrocesso em comparação a do ano anterior, em um momento em que as Nações Unidas elogiara as ações brasileiras de facilitar a obtenção de visto.

3.1 O cenário da crise migratória no Brasil e na Europa

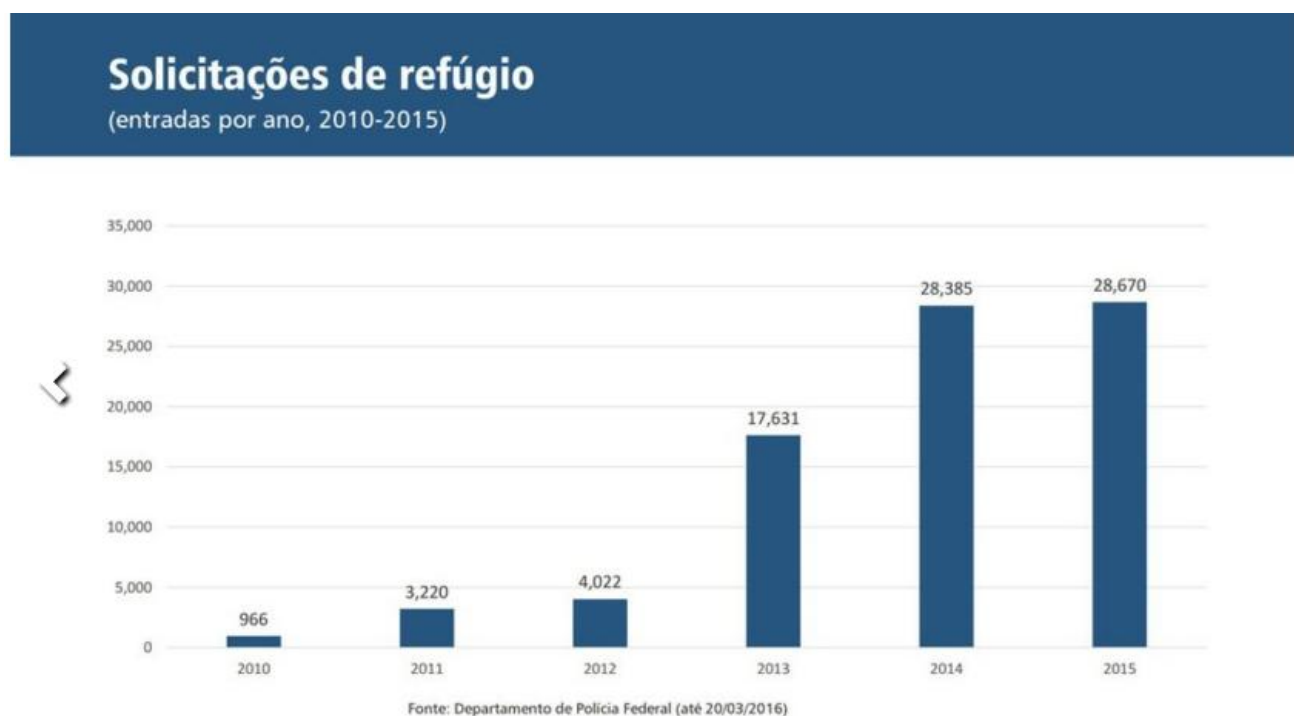
De acordo com o ACNUR (2016), pela primeira vez desde o fim da 2ª Guerra Mundial, o número de pessoas deslocadas no mundo atingiu seu maior nível, de 65,3 milhões de pessoas, sendo dessas, 21,3 milhões na condição de refugiadas. De acordo com a

Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, da qual o Brasil faz parte:

Um refugiado ou uma refugiada é toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo.

A convenção, ratificada por 147 países, obriga os governos a permitirem acesso ao trabalho legal e seguro às pessoas refugiadas. A legislação brasileira (Lei nº 9.474/97) permite que a pessoa estrangeira que deseja solicitar refúgio pode fazê-lo, independente da documentação ou status migratório no país. A pessoa conta com a proteção do instituto desde a formalização do pedido, que abrange a garantia de permanecer no Brasil até ter seu pedido avaliado, com direito a documentação laboral, migratória e fiscal.

Figura 1 - Número de solicitações de refúgio de 2010 a 2015 no Brasil



Fonte: ACNUR, 2016.

De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), no Brasil, o número de novas solicitações de refúgio cresceu quase 3 mil por cento entre 2010 e 2015⁷,

⁷ Estes são os dados mais recentes disponibilizados pelo Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça.

passando de 500 solicitações em 2010 para mais 28 mil em 2015, enquanto o número de pessoas refugiadas reconhecidas também se elevou, de 4.300 pessoas em 2010 para cerca de 8.400 em meados de 2015. Desse total, 70,7% são homens e 29,3% são mulheres, e a maioria – 65,6% - com idades entre 18 e 39 anos, seguidos por 19% com idade até 17 anos, 13,5% entre 40 e 59 anos e 1,86% com mais de 60 anos.

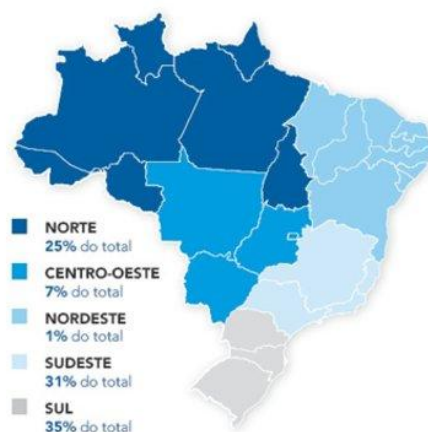
Figura 2 - Número de refugiados reconhecidos no Brasil por país de origem



Fonte: ACNUR, 2016.

Conforme explanado pelo gráfico acima, o maior número de refugiados reconhecidos no Brasil são sírios, com 2,298. O número de refugiados desta nacionalidade cresceu exponencialmente desde o início do conflito na Síria, assim como o número de solicitações de refúgio.

Figura 3 - Distribuição geográfica de refugiados por região no Brasil

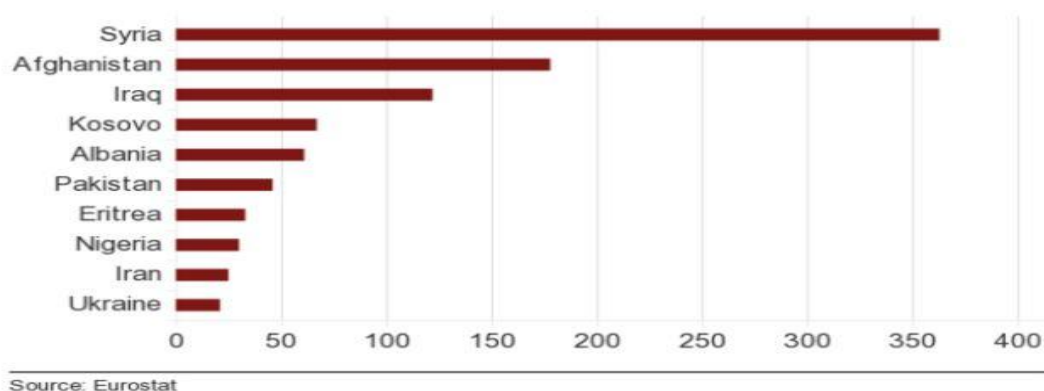


Fonte: ACNUR, 2015

A terceira figura demonstra a distribuição geográfica dentro do país das solicitações de asilo. Como se pode observar, a maioria dos pedidos de asilo estão localizadas no Sul e Sudeste, regiões que receberam a maioria dos imigrantes na alta onda de migração do século XIX. Quatro dos cinco projetos para refugiados, explicitados mais a frente, ocorreram nas regiões sudeste e sul, devido à distribuição geográfica das solicitações de refúgio, aumentando assim a demanda para tais ações.

Figura 4 - As dez principais nacionalidades de requisitantes de asilo na União Europeia

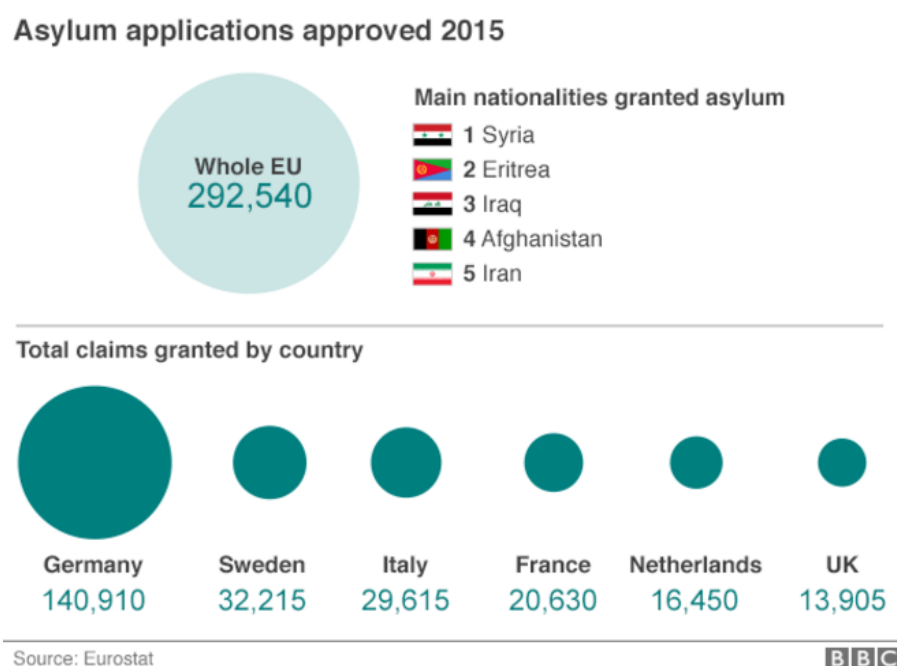
Primeiro pedido em 2015, em milhares



Fonte: BBC, 2016

Assim como no Brasil, a nacionalidade que mais aplicou-se para receber asilo na União Europeia foi a síria, com aproximadamente 360 mil pedidos em 2015. Neste caso, não há diferenciação entre aqueles que migram devido a conflitos - como os sírios – que provavelmente receberão o status de refugiado, e migrantes econômicos, que migram em busca de condições melhores de vida.

Figura 5 - Número de solicitações de asilo aprovadas na Europa em 2015 e as principais nacionalidades a receberem asilo



Fonte: BBC, 2016

Em 2015, os países da União Europeia aceitaram mais de 292 mil pedidos de asilo. Assim como no Brasil, refugiados de nacionalidade síria foram os que mais receberam aprovações. Dos países da União Europeia, o que mais concedeu asilo foi a Alemanha, com 140 mil pedidos aprovados em 2015. Mecanismos de integração local possuem o importante papel de dar oportunidade para que essas pessoas recomecem a vida no novo país. Por se tratar de um processo complexo e gradual, que abrange diferentes esferas, como a jurídica, econômica, social e cultural, os esforços partem tanto das pessoas refugiadas como também da sociedade que as acolhe. Adiante, serão tratados projetos voltados a refugiados que

instigam o empreendedorismo no Brasil. Além disso, foi pesquisado também o perfil do migrante empreendedor na Alemanha, devido à relevância do país na concessão de asilo⁸.

3.2 Projetos sobre empreendedorismo voltados a refugiados no Brasil

A partir do contato estabelecido com o escritório da ACNUR em Brasília, foram sugeridos os contatos com as instituições responsáveis pelos cinco projetos para refugiados sobre empreendedorismo a serem descritos a seguir. Dois deles são destinados especificamente a mulheres refugiadas – Empoderando Refugiadas e Oficinas de Artesanato - enquanto os outros três – Refugiado Empreendedor, Cidadão do Mundo e Migraflex - são para ambos os gêneros. Tais projetos são extremamente relevantes devido ao atual cenário de migração no país, para que, além da integração econômica, esta população possa se integrar também socialmente, obtendo renda para recomeçar a vida no país, conhecer a cultura e costumes locais e se adaptar ao novo estilo de vida.

3.2.1 *Projeto Empoderando Refugiadas*

O projeto Empoderando Refugiadas foi iniciado em setembro de 2015 como resultado de uma parceria entre o Instituto Consulado da Mulher com o ACNUR, a ONU Mulheres, a Rede Brasil Pacto Global⁹, a Caritas São Paulo, e o Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados (PARR). O programa contou também com o apoio da agência de recursos humanos Fox Time, Lojas Renner, Mattos Filho Advogados, Sodexo, Dry Up, Ambev, Projeto RH e Gesplan. De acordo com Vanessa Tarantini, responsável pelas parcerias e engajamento da Rede Brasil do Pacto Global, o projeto Empoderando Refugiadas tem como objetivo oferecer meios para esse grupo de mulheres contribuírem para a economia do país em que vivem, de estimular a autoconfiança e de ensiná-las sobre a cultura brasileira nas áreas de trabalho e de negócios.

⁸ Em contrapartida às informações sobre projetos e perfis no Brasil, fora extremamente difícil obter as mesmas informações sobre a Alemanha, dada a dificuldade com o idioma, com o estabelecimento de contato e a obtenção de respostas por parte dos programas e da própria representação das Nações Unidas no país.

⁹ O Pacto Global é uma ação internacional da ONU que consiste de acordos feitos entre empresas para que elas tenham iniciativas voltadas para a promoção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente e medidas anticorrupção. As empresas que participam desta ação devem escolher uma dessas linhas de atuação. Até setembro de 2016, no Brasil, 35 empresas concentram-se na promoção dos direitos humanos (Caminhos do Refúgio, 2016).

De acordo com a Rede Brasil de Pacto Global, em novembro de 2015, foi realizado um workshop para 17 mulheres refugiadas em São Paulo, com o intuito de ensiná-las sobre seus direitos básicos trabalhistas, cultura e direitos das mulheres, além de dicas para entrevistas de emprego. Os organizadores do projeto destacam a qualificação destas mulheres, embora não haja um mapeamento atual do perfil de mulheres refugiadas no Brasil, como escolaridade e ocupação anterior. Destacam também a necessidade de sensibilizar empresas para a contratação de refugiados, pois estas empresas são responsáveis por dois terços dos empregos formais no Brasil. Porém, estes empregadores alegam desconhecer a legislação a respeito de pessoas refugiadas, dispensando seus serviços por não reconhecerem os documentos, mesmo que viabilizados pela legislação atual. O processo burocrático das próprias empresas também dificulta a contratação de pessoas refugiadas ao cobrarem o Registro Nacional de Estrangeiro¹⁰ para a vaga, documento que pode demorar até dois anos para ficar pronto. Há de se destacar que, apenas com o protocolo de solicitação de refúgio, as pessoas refugiadas têm direito à Carteira do Trabalho e, portanto, de ingressar no mercado formal. As mulheres refugiadas estão sob o amparo das mesmas leis que protegem as brasileiras, como a Maria da Penha, sobre violência doméstica. Contudo, as empresas utilizam-se do argumento vago de que o documento é precário, por se tratar de um pedaço de papel reciclado assinado e carimbado por um funcionário da Polícia Federal; o documento acabam não sendo aceito por várias empresas e órgãos públicos. Este trabalho questiona, porém, até que ponto o argumento não é utilizado como desculpa para deixar de contratar uma pessoa refugiada. A equipe do Pacto Global, portanto, atua junto às empresas para flexibilizar a forma de contratação e garantir que oportunidades não sejam perdidas.

Em fevereiro de 2016 houve uma oficina destinada a refugiadas de países da África e Ásia, que puderam ter lições introdutórias de língua portuguesa e finanças pessoais. Em maio do mesmo ano, houve uma série de palestras para 20 mulheres refugiadas na cidade de São Paulo, focando na abertura de negócios envolvendo alimentação. Ao grupo foi apresentado um passo a passo sobre como abrir a forma mais simplificada de empresa no país, o Microempreendedor Individual (MEI). Em 29 de março de 2016, a primeira participante do programa conseguiu uma vaga de emprego, em uma empresa de conservação de limpeza.

10 “O Registro Nacional de Estrangeiros é concedido ao estrangeiro admitido na condição de temporário, permanente, asilado ou refugiado, que é obrigado a se registrar e a se identificar no Ministério da Justiça, com a Polícia Federal. A Cédula de Identidade para Estrangeiros é expedida para estrangeiros na condição de permanentes que sejam maiores de 51 anos e para deficientes físicos de qualquer idade. Ela tem prazo de validade indeterminado” (Portal Brasil, 2016).

O projeto foi encerrado em julho de 2016, durante o encontro “Setor Privado e Refugiados no Brasil: Diálogo e Engajamento”, com um saldo positivo: 30 mulheres refugiadas capacitadas e 120 representantes de empresas, de consultorias em recursos humanos, entre outras entidades mobilizadas e sensibilizadas sobre a contratação dessa mão de obra, de acordo com o ACNUR. No evento, a empresa Sodexo anunciou a abertura de três novas vagas para mulheres refugiadas. A Sodexo mantém 20 refugiados e imigrantes entre seus 35 mil funcionários Brasil. Para ampliar a empregabilidade de mulheres refugiadas, a Fox Time ofereceu em São Paulo mais cursos de capacitação e preparo para o mercado de trabalho, assessoria de *coaching* e ajuda psicológica. No período ativo do programa, 11 refugiadas foram encaminhadas para entrevistas de emprego. Seis delas foram empregadas e mais duas conseguiram vagas sem a intermediação dos parceiros do projeto. Outra está em processo de contratação pela Sodexo, que notou a habilidade da refugiada para o secretariado executivo.

De acordo com reportagem do ACNUR, o gerente de Sustentabilidade das Lojas Renner, Vinícios Malfatti, informou que a empresa não está preocupada apenas com a contratação de refugiadas, mas também com a sua adaptação em seu time de trabalho e com a preparação de seus gerentes e funcionários para recebê-las. A empresa tem três refugiadas em sua folha de pagamento e oferecerá um curso de costura para 20 mulheres nessa condição. Contudo, de acordo com o site da empresa, a Lojas Renner conta com 17 mil colaboradores; ou seja, as três refugiadas contratadas representam apenas 0,02% do quadro de funcionários da empresa. Já a rede de supermercados Carrefour mencionou que pretende reservar um dia do mês para o recrutamento somente de mulheres refugiadas. Ao entrar em contato com o Carrefour, no entanto, não foi obtida resposta sobre o número de funcionários da empresa no Brasil, tampouco o número de refugiados contratados e como este dia de recrutamento irá funcionar, ou se já está em andamento.

Como parte da adaptação e integração de refugiados e imigrantes a suas equipes, os novos funcionários são chamados para contar suas histórias de vida aos colegas de trabalho, também para aproximá-los. Também no encerramento do programa, os organizadores conversaram sobre a abertura de empreendimentos, que, embora não seja fácil e rápido, pode ser exitoso. O Consulado da Mulher contratou a Lee & Maga, empresa composta por duas Microempreendedoras Individuais (MEI), para preparar e servir o almoço do evento. Elas relataram suas experiências como empreendedoras e se dispuseram a dar aulas às refugiadas em sua casa às sobre como organizar um novo negócio e preparar receitas (CRISPIM, 2016).

Embora o projeto não trate apenas de empreendedorismo feminino, a ação em si traz visibilidade a esta população, além de auxiliar em sua qualificação para o mercado de trabalho, sensibilizar empresas e assessorar o processo de contratação. Há de se demonstrar aos empresários que agregar um refugiado ao seu quadro de funcionários não é apenas uma questão humanitária mas que também visa ao lucro da empresa pois muitas das mulheres deste programa, inclusive, exerciam funções similares em seus países de origem e estão dispostas a se capacitarem ainda mais. Segundo Vanessa Tarantini, as próprias refugiadas amparadas pelo programa reconheceram ter aprendido sobre seus direitos no Brasil, inclusive com relação à violência doméstica, e percebido a necessidade de dar continuidade aos estudos. Disseram se sentir mais empoderadas e autoconfiantes, assim como pediram a continuidade e disseminação do programa às mulheres refugiadas que continuam chegando ao país.

3.2.2 *Projeto Refugiado Empreendedor*

Em abril de 2016 foi iniciado o Projeto Piloto Refugiado Empreendedor, programa destinado a promover a cultura empreendedora entre refugiados e solicitantes de refúgio do estado de São Paulo, facilitando sua inclusão social e econômica na sociedade brasileira por meio de ações de sensibilização e capacitação voltadas à formalização, acesso a crédito e gestão de negócios. O Sebrae, como instituição de fomento ao empreendedorismo, contribui para a inclusão destas pessoas por meio da oferta de capacitação em gestão empresarial, estímulo à formalização, divulgação de oportunidades de crédito e estímulo ao empreendedorismo a potenciais empresários. Junto ao Ministério da Justiça do Brasil, o Sebrae Nacional e o Sebrae São Paulo contaram também com a parceria da Prefeitura de São Paulo¹¹.

O público alvo do projeto foi constituído por refugiados e solicitantes de refúgio do estado de São Paulo, prioritariamente, das seguintes nacionalidades: sírios, angolanos, colombianos, congolese e libaneses. Para participar, era necessário que o refugiado estivesse há pelo menos um ano no Brasil, possuísse Cadastro de Pessoa Física (CPF) e soubesse

¹¹ O projeto contou ainda com o apoio da ADUS – Instituição de Reintegração de Refugiados – Brasil, OASIS – Associação de Assistência a Refugiados no Brasil, BIBLIASPA – Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul – Países Árabes, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, IKMR – Eu Conheço meus Direitos, ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos – em defesa das liberdades civis fundamentais, e da Missão Paz – São Paulo.

língua portuguesa em nível básico¹². O projeto foi realizado em quatro fases: a primeira sendo educação à distância; a segunda em trilhas presenciais de capacitação em empreendedorismo; a terceira para sensibilização para formalização de empresas¹³; e a quarta para aproximação com instituições de microcrédito.

Em março de 2016, durante a Semana do Empreendedor na cidade de São Paulo, foi iniciada a mobilização de público-alvo para a palestra de sensibilização, na qual se estima que 229 pessoas refugiadas foram mobilizadas. Em abril, houve a palestra de sensibilização para participação nas capacitações de educação à distância, na qual foram distribuídas senhas de acesso aos cursos aos 127 refugiados presentes. Destes, 70 concluíram os dois cursos online, disponibilizados em espanhol, francês, inglês e português, no Portal de Ensino à Distância do Sebrae. Os cursos são intitulados “Aprender a Empreender”, e “Iniciando um Pequeno Grande Negócio, com uma carga horária total de 16 e 30 horas, tendo um limite de 12 e 10 dias para sua finalização, respectivamente.

A segunda fase foi presencial e aconteceu em junho ao final de 22 horas-aula; puderam participar apenas os indivíduos que concluíram a primeira fase. Embora 70 pessoas tenham concluído os cursos à distância, grande parte relatou dificuldades para participar da capacitação presencial devido ao horário noturno e a dificuldades em chegar ao local graças ao transporte público precário. Para a última aula e a entrega dos diplomas aos 27 refugiados que finalizaram todas as etapas, em agosto, o Sebrae ofereceu uma palestra com um especialista em financiamento, além das apresentações da Caixa, da Movera e do Banco do Povo sobre linhas de crédito disponíveis aos microempreendedores e empreendedores individuais. Embora o programa não torne obrigatória a formalização do negócio, compreende-se o papel do Sebrae em apoiar o ato, visto que após a regularização, são recolhidas contribuições mensais de R\$ 44,00 (ao INSS), acrescido de R\$ 5,00 (para Prestadores de Serviço) ou R\$ 1,00 (para Comércio e Indústria) por meio de carnê emitido através do Portal do Empreendedor, serviço disponível online. De acordo com o próprio portal, essas despesas são legalmente estabelecidas e garantem àquele que exerce a atividade o direito à aposentadoria, ao auxílio doença, licença maternidade, além de ser um registro

¹² Não houve teste de proficiência em língua portuguesa para auferir o nível de cada pessoa.

¹³ Atualmente, a formalização como Microempreendedor Individual (MEI) é a forma mais básica de formalizar um negócio, consistindo do empresário que: a) tenha faturamento limitado a R\$ 60.000,00 por ano b) Que não participe como sócio, administrador ou titular de outra empresa; c) Contrate no máximo um empregado; d) Exerça uma das atividades econômicas previstas no Anexo XIII, da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional de nº 94/2011, o qual relaciona todas as atividades permitidas ao MEI (Portal do Empreendedor, 2016).

empresarial rente aos órgãos governamentais, como Junta Comercial, Receita Federal, Prefeitura, e órgãos responsáveis por eventuais licenciamentos.

Das 27 pessoas que concluíram o programa, nove eram mulheres, vindas de Angola, Colômbia, Congo, Guiana, Moçambique e Nigéria. Espera-se reproduzir o modelo do projeto em outras capitais brasileiras que abrigam número significativo de refugiados, como Rio de Janeiro e Curitiba.

3.2.3 *Projeto Linyon e o Cidadão do Mundo*

De acordo com Marcela Milano¹⁴, o Linyon é um projeto que nasceu em Curitiba e que busca empoderar o refugiado através do conhecimento e do desenvolvimento econômico, tornando-o assim independente e contribuindo ao crescimento econômico do país através da sua força de trabalho, seja se recolocando no mercado ou empreendendo. As idealizadoras, contudo, perceberam uma dificuldade maior por parte das mulheres nessa recolocação, ou por não terem com quem deixar os filhos, ou pela maior dificuldade com o idioma, entre outros empecilhos. Percebem-se aqui as pressões por questões de gênero presentes nos trabalhos de Sen (2010) discutidos previamente neste trabalho, e a necessidade de políticas voltadas para que mulheres tenham as mesmas oportunidades embora continuem exercendo a responsabilidade para com os filhos e cuidados do lar.

Até setembro de 2016, o Linyon está no processo de desenvolvimento de uma nova vertente, angariando recursos para dar início ao projeto Cidadão do Mundo, que surgiu da frente de capacitação empreendedora do Linyon, com o foco em mulheres refugiadas. Uma parceria foi firmada junto ao Badu Design, um negócio social que capacita mulheres em situação de vulnerabilidade social para produzir materiais de papelaria, como agendas, cadernos e capas de notebook, com o reaproveitamento de tecidos têxteis inutilizados pela indústria. Com essa parceria, pretende-se formar uma turma exclusiva de mulheres refugiadas, para capacitá-las e permitir que produzam esses materiais em casa, como fonte principal ou complementar de renda. O Projeto Linyon e Badu Design servirão como canal de venda. Desejam também queremos torná-las produtoras autônomas, para então, se tornarem também propagadoras da ideia, capacitando outras mulheres e assim, criando uma rede produtiva em que elas mesmas administrem e se tornem verdadeiras empreendedoras.

¹⁴ Internacionalista, pós-graduanda em Negócios Sociais e idealizadora do Projeto Linyon, de Curitiba.

3.2.4 *Oficinas de Artesanato para Refugiadas em Brasília*

Em julho de 2016 aconteceram oficinas de artesanato e artes manuais, em Brasília, que criaram ciclos de aprendizados para refugiadas de diferentes nacionalidades, auxiliando-as a se integrarem ao país. A iniciativa envolveu o ACNUR, o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), o Instituto UniCeub de Cidadania (IUC) e a empresa Confraria, uma renomada marca de bolsas no Brasil e no exterior. A proposta foi possibilitar um atendimento qualificado a elas, e dar-lhes novas possibilidades de emprego e renda. As oficinas foram realizadas em quatro módulos de aprendizado sobre como criar adereços a partir de retalhos de couro advindos do processo de fabricação das bolsas (PACHIONI, 2016).

A oficina foi ministrada para seis refugiadas do Afeganistão, Colômbia, Síria e Sudão do Sul; a barreira da língua foi superada por momentos de sociabilidade e empatia para com as histórias de vida umas das outras, que passaram por situações distintas de perseguição antes de chegarem ao Brasil, envolvendo conflitos armados e violência de gênero. A bagagem cultural de cada uma, inclusive, foi utilizada ao criarem diferentes modelos de flor, antes um modelo único a ser ensinado, e diversos adereços. Ana Paula de Ávila e Silva, proprietária da marca, decidiu utilizar os modelos criados, em tranças de couro, para a coleção de inverno de 2017, utilizando então as criações das alunas, demonstrando seu potencial criativo e suas habilidades.

Ações como esta tem a importância de trazer reflexão e liberdade às mulheres sobre sua posição social, seja ela como cuidadora do lar, prática esta que não deve ser automaticamente ligada apenas ao papel feminino, ou qualquer outra profissão que possa levar à autossuficiência. Além disso, a oficina demonstrou ser um espaço seguro e de apoio à essas mulheres, que formam o grupo mais vulnerável de refugiados, junto às crianças. O ACNUR e os outros parceiros do projeto pretendem dar continuidade aos trabalhos, porém sem planos concretos até setembro de 2016.

3.2.5 *Migraflix*

O Migraflix¹⁵ é uma ação social que nasceu da iniciativa de imigrantes, refugiados e brasileiros que pretendem tornar a sociedade mais justa e inclusiva por meio da troca de experiências culturais. A ação é baseada em workshops culturais ministrados por refugiados e

¹⁵ O Migraflix tem como parceiros a ADUS, a Aliança Empreendedora, o Instituto Criar, MigraMundo, Planeta América Latina, e a Social Good Brasil. Foi utilizada informações disponíveis no website do projeto, assim como troca de e-mails para buscar mais informações.

imigrantes com o propósito de integrá-los econômica e socialmente à sociedade brasileira por meio da divulgação de sua própria cultura. Os workshops acontecem em Belo Horizonte e São Paulo, vendidos por preços que vão R\$ 70,00 a R\$ 90,00, sendo o público em geral predominantemente brasileiro. Os workshops, de cerca de três horas de duração, abordam diferentes aspectos das culturas dos imigrantes e refugiados, como a culinária típica, a dança, caligrafia, e percussão.

Sendo um projeto social sem fins lucrativos, o Migraflix destina 20% do valor de cada workshop para a manutenção do projeto, enquanto os outros 80% vão diretamente para a pessoa que está ministrando o workshop. Embora não seja uma fonte de renda constante, os workshops ajudam a disseminar a cultura do imigrante e educar a população local, criando imagens positivas acerca destas pessoas.

Durante o primeiro workshop ministrado por Muna Darweesh, em novembro de 2015, compareceram mulheres de Santos, Ribeirão Preto e do Sul do país para aprender mais sobre culinária árabe com a refugiada síria. Muna ministrou novamente workshop de quitutes sírios em julho de 2016, ensinando a fazer os típicos charutos de folha de uva e repolho. Com três horas de duração, parte dos workshops foi ministrada em inglês, havendo tradução consecutiva para o português (SALVAIA, 2016). A TV Record filmou o workshop, divulgando a história e o trabalho de Muna.

Nestas seções de workshop, é possível perceber uma inversão dos papéis; é o imigrante quem ensina algo aos cidadãos de seu novo país, deixando por algumas horas a posição de estrangeiro que precisa constantemente se adaptar, para assumir a posição de professor.

3.3 Migrantes empreendedores na Alemanha

Conforme exposto no início do capítulo, a Alemanha é o país europeu que mais recebeu pessoas refugiadas, principalmente de nacionalidade síria. De acordo com reportagem publicada por Copley (2016) para a Reuters, pesquisas do GEM indicam que apesar do recente aumento em abertura de startups, a Alemanha possui baixa atividade empreendedora em comparação a outras economias industrializadas, assim como uma menor atividade empreendedora por parte de pessoas jovens. Isto pode ser consequência da ampla oferta de emprego, o que leva alemães graduados a preferirem a segurança de trabalhar em uma empresa estabelecida do que arriscar e fundar seu próprio negócio. A reportagem diz

ainda que a falta de startups de alta tecnologia e esta tendência à aversão ao risco poderiam prejudicar o crescimento econômico do país a médio prazo.

Países que historicamente possuem um grande número de imigrantes, como a Austrália, Israel e os Estados Unidos, têm maiores taxas de atividade empreendedora. Durante os anos 1960 e 1970, a indústria alemã recrutou um grande número de trabalhadores da Turquia, do Norte de África e da antiga Iugoslávia. No entanto, na condição de residentes temporários, não empreendiam; exerciam trabalhos que exigiam pouca qualificação em empresas alemãs. Desta vez, o fluxo de imigrantes refugiados dos últimos anos é visto como uma oportunidade para tornar aumentar o ambiente empreendedor na Alemanha. Migrantes já são responsáveis por uma em cada cinco novas empresas criadas nos últimos anos no país (COPLEY, 2016). Ser autônomo é uma saída popular para migrantes, principalmente no comércio. Há ainda trâmites burocráticos quanto ao reconhecimento de diplomas pelos governos dos países; muitos empregadores recusam-se a reconhecer diplomas e qualificações de outros países. Ao invés de submeter-se a um emprego que não exija sua qualificação e com salário inferior ao que receberia ao tornar-se autônomo.

Hiba Albassir, imigrante síria, contou à reportagem que sua maior dificuldade para empreender na Alemanha foi encontrar um espaço para locação em Berlin, uma vez que os proprietários pedem extratos bancários e comprovantes de renda para realizar o contrato de aluguel. Por não contar com contracheque regular, a locação do espaço para o empreendimento fica comprometida, o que compromete o ato de empreender. Das 1,1 milhões de pessoas que chegaram à Alemanha em 2015, entre 25 e 50 mil podem realisticamente iniciar seu próprio negócio. Um estudo realizado pelo Instituto para o Mercado de Trabalho e Emprego constatou que menos de 10 por cento dos refugiados foram empregados no ano em que chegaram. Depois de cinco anos, este número aumenta para cerca de 50 por cento (COPLEY, 2016). Contudo, conforme elucidado pelo ACNUR, trabalhar está intrinsecamente conectado à integração do refugiado ao novo país, não apenas econômica como social. Esta baixa porcentagem reflete a necessidade de reaver políticas de contratação, aluguel, oportunidades de ensino, tanto da língua quanto cursos técnicos e superiores.

De acordo com uma entrevista realizada por Narang (2016) com Barbara Loth, Secretária do Trabalho, Integração e Questões das Mulheres no Senado de Berlim, além da questão da integração, há também necessidade de proteger mulheres refugiadas, um grupo vulnerável, contra a violência doméstica, criando um ambiente segura para que estas mulheres se estabeleçam no país por meio, primeiramente, de colocá-las em alojamentos separados. Suas iniciativas incluem aulas só para mulheres de língua alemã, com creches para

acolher os filhos dessas mulheres enquanto frequentam as aulas, e um novo programa de Amigos Para Integração¹⁶, que forma pares entre mentoras do sexo feminino com mulheres refugiadas para oferecer-lhes apoio na sua própria língua, como o árabe, o que cria laços e traz segurança emocional às refugiadas. Loth está utilizando a experiência prévia de imigrantes que se estabeleceram em Berlim para auxiliar refugiados recém-chegados. Além disso, a Secretária também advoga para dar às mulheres refugiadas os recursos necessários para perseguirem sua vontade de empreender, conectando assim essas mulheres às oportunidades de fundos para pequenos negócios e cursos de formação especiais. Há também o aconselhamento educacional, oferecido às mulheres diretamente nos abrigos de refugiados e nas aulas de língua alemã, baseado na análise curricular e experiências prévias para auxiliar mulheres refugiadas a decidir o que fazer na Alemanha, com orientações voltadas a cursos técnicos ou que se encaixam em seus perfis.

3.4 A agenda das Nações Unidas para refugiados

Em setembro de 2016, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, líderes mundiais se uniram para adotar a Declaração para Refugiados e Migrantes de Nova Iorque. De acordo com o comunicado de imprensa, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, congratulou Estados-Membros dizendo que a iniciativa demonstra um interesse geral comum em abordar temas de mobilidade humana. Além disso, o Secretário-Geral firmou um acordo com o Diretor-Geral da Organização Internacional da Migração, vinculando a organização às Nações Unidas e reforçando assim a abordagem global para com a migração.

Entre os compromissos que a declaração traz aos Estados-Membros, os mais relevantes para este trabalho incluem a proteção dos direitos humanos de todos os refugiados e migrantes, independentemente de seu status. Isso inclui os direitos de mulheres e meninas, promovendo sua participação total, igual e significativa em encontrar soluções para os desafios da migração global. Além disso, a declaração trata da prevenção e resposta à violência sexual e de gênero, e à xenofobia. A declaração cobre também reforçar as contribuições positivas feitas pelos migrantes para o desenvolvimento econômico e social dos países que os tem abrigado.

Para atingir tais resultados, a declaração sugere planos concretos, tais como o compromisso de iniciar negociações que levarão à adoção de um pacto global em 2018 para

¹⁶ O termo original é Integration Buddy Program, traduzido livremente.

migração segura, ordenada e regular, com orientações comuns para o tratamento de migrantes em situações vulneráveis e para assegurar uma partilha mais equitativa dos encargos e responsabilidades de acolher e apoiar pessoas refugiadas. Isto significa que a migração, tal como outras áreas das relações internacionais, será regulada por princípios comuns que garantem um tratamento uniforme aos migrantes, independente de seu país de origem e país que tenha como destino.

3.5 Mudanças na postura do governo brasileiro quanto à recepção de refugiados

Em 2013, durante a gestão de Dilma Rousseff, o governo brasileiro facilitou a chegada de sírios ao país ao permitir seu ingresso com um visto especial por meio da Resolução Normativa nº 17, também oferecido a haitianos. O visto especial é necessário para dar entrada no pedido de refúgio, porém não é exigida a passagem de regresso ao país de origem. Em 2015, além da renovação até 2017 da resolução¹⁷, uma parceria entre o CONARE e o Acnur garantiu mais eficiência ao processo de concessão desses vistos por meio de procedimentos e ações conjuntas, como treinamento e capacitação, identificação de pessoas, familiares e casos sensíveis, além de auxiliar as unidades consulares brasileiras na emissão de documentos¹⁸.

Em março de 2016, durante a gestão do ministro da Justiça Eugênio Aragão, se buscava obter recursos internacionais para o alojamento de cerca de 100 mil refugiados em um período de cinco anos no Brasil. O ministro chegou a visitar o embaixador da Alemanha no Brasil na época, Dirk Brengelmann, para tratar da recepção de refugiados sírios. Conforme exposto no início do capítulo, em 2015 a Alemanha foi o país que mais concedeu asilo no continente europeu. Contudo, o número de concessões ainda é baixo quando comparado ao número de aplicações: mais de um 149, de refugiados aplicaram-se para asilo no país, porém apenas 292,540 foram aprovadas (ACNUR, 2016).

Ao discutir o realojamento de sírios, Brasil e União Europeia ainda não haviam definido valores nem o local de onde os refugiados viriam; a maioria encontra-se no Líbano, Jordânia e Turquia, vivendo em acampamentos das Nações Unidas porém em condições precárias. Em junho de 2016, o governo passou a adotar uma postura mais restritiva quanto à

¹⁷ Em setembro de 2015, o Conare prorrogou por mais dois anos a Resolução Normativa nº 17, que trata da concessão de vistos especiais, por razões humanitárias, a pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria (PORTAL BRASIL, 2015).

¹⁸ Desde setembro de 2013, missões diplomáticas brasileiras estão autorizadas a emitir o visto especial aos solicitantes de refúgio no Brasil (PORTAL BRASIL, 2015).

recepção de pessoas refugiadas no Brasil. De acordo com a BBC (2016), alguns dias após o afastamento de Dilma, Michel Temer convocou ministros e a Polícia Federal para uma reunião sobre a segurança das fronteiras nacionais, também tratado como prioritário pelo chanceler José Serra e pelo atual ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Segundo o governo, a estratégia busca coibir a entrada de armas e drogas, assim como combater a violência dentro do país; a visão mais militarizada deverá ser aplicada também com relação à migração, o que pode se tornar uma questão preocupante quanto aos direitos humanos dos migrantes. Assessores informaram que a ideia de negociar um acordo sobre refugiados com os europeus partiu do ministro Aragão no primeiro semestre de 2016, mas que foi recebida com reserva pelo Itamaraty¹⁹. De acordo com Fellet (2016), em conversas internas, o Itamaraty condenava a facilitação para a Europa, alegando que a União Europeia deveria ser mais generosa com refugiados e imigrantes. Em foros internacionais, enquanto a chancelaria brasileira defende que os assuntos sejam tratados separadamente, a União Europeia prega que o debate sobre refúgio e migração também leve em consideração os temas de segurança e terrorismo. Um diplomata europeu envolvido nas conversas lamentou a decisão brasileira e disse que a União Europeia segue disposta a tratar do tema.

O Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa²⁰ publicou uma carta pública para manifestar repúdio ao anúncio do Ministro das Relações Exteriores, José Serra, quanto ao seu discurso sobre o “Delineamento da Nova Política Externa Brasileira”, em 18 de maio de 2016. Além de destacar a prevalência de assuntos de comércio exterior e negociações comerciais na nova agenda política, o comitê manifesta sua preocupação quanto à omissão do papel do Brasil diante da crise migratória, visto o papel relevante que o país tem exercido diante da política de acolhimento e rechaça da postura de países que por sua vez adotam abordagens securitizadas e violadoras de direitos humanos. De acordo com o comitê, é preocupante também a maneira como o tema de fronteiras foi abordado, limitado à visão securitária e sem menção alguma aos migrantes e refugiados. Isso pode significar um recuo do Brasil com relação a iniciativas de acolhimento de refugiados, inclusive.

Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, em setembro de 2016, o Presidente Michel Temer inflou os dados sobre o número de refugiados no Brasil, afirmando que o país recebeu 95 mil refugiados nos últimos anos. Temer incluiu os 85 mil

¹⁹ Ressalta-se que este é um processo em andamento, portanto, não poderá ser acompanhado em sua totalidade por este trabalho.

²⁰ O Comitê foi criado em 2006 com o objetivo de fortalecer a participação cidadã e a democracia da política externa brasileira para com a proteção dos direitos humanos. É interlocutor do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

haitianos que migraram ao Brasil, mas que pela convenção não se encaixam no perfil de refugiados, pois migraram devido a desastre natural – o terremoto que atingiu o país em 2010. Após o discurso, o ministro Alexandre de Moraes afirmou em entrevista que os números não foram inflados, mas que o mesmo reconhece que aqueles deslocados por causas naturais não integram a definição das Nações Unidas sobre refugiados. O ministro citou que a ampliação desta definição é um pedido do Brasil, pois a definição está sendo discutida, mas nenhuma mudança na classificação de refugiados foi aprovada. Ao alegar que “seria discriminatório excluir os haitianos da possibilidade de serem tratados como refugiados tão somente porque eles são da América Latina e não são de outras partes do mundo”, o ministro demonstra despreparo ao tratar do tema, pois foge da questão central sobre refugiados que é a perseguição racial, religiosa, política ou social, independente do país de origem.

Moraes destacou que poucos países são tão inclusivos em suas políticas para refugiados quanto o Brasil, pois eles estão inclusos no Sistema Único de Saúde e as crianças refugiadas no sistema de educação pública. O ministro disse ainda que o Brasil deverá receber mais 2.700 imigrantes sírios até 2017, mas que o governo não apresentaria metas específicas na reunião sobre refugiados convocada pelo presidente americano, Barack Obama. De acordo com Silva e Trevisan (2016), o governo americano pressionava para que o Brasil participasse do encontro de maneira ativa e assumisse compromissos concretos, entre os quais um aumento de três mil refugiados sírios a mais com relação aos que já foram recebidos no país. Contudo, o Brasil participou do encontro apenas como observador. Tal postura revela a atual atitude do país como menos ativo quanto à questão dos refugiados. Sabendo que o Brasil não tem intenção de intensificar o recebimento de pessoas refugiadas pelos próximos anos, questiona-se, então, se haverá alguma evolução acerca das políticas públicas para os refugiados que chegam e que já se encontram no país.

CONCLUSÃO

Em 2016, pessoas nacionais da síria foram as que mais pediram refúgio ao redor do mundo. O número crescente de pessoas que buscam refúgio em outros países é alarmante e torna necessária uma agenda para a criação de políticas públicas e ações por parte da sociedade civil organizada, não apenas para receber estas pessoas, mas integrá-las ao país. Há de se reconhecer a involuntariedade presente na migração causada pela perseguição, caracterizando o refúgio, diferente da migração em busca de melhores condições socioeconômicas. Esta involuntariedade é ainda mais discrepante quando se trata de mulheres e crianças, o grupo mais vulnerável entre os migrantes. Além da dependência financeira e emocional, a tomada de decisões do núcleo familiar patriarcal faz com que a tomada de decisões recaia sobre o homem da família. Este perfil de migração está mudando, à medida em que a migração feminina ganha força, e as mulheres vem sendo contempladas como agentes ativos de mudança e desenvolvimento quando livres para agir. Esta liberdade, contudo deve ser entendida como o livre-arbítrio para agir da maneira que melhor julgar, seja trabalhando fora, ou não, pois não há ocupação mais ou menos digna.

Da mesma maneira que o migrante tem de se adaptar ao contexto local, é imprescindível educar a população local quanto à chegada não apenas de refugiados, mas de migrantes, visto que migrar é um direito humano; entender que as diferenças refletem a diversidade de culturas, costumes, formas de associação, entre outros aspectos que devem ser respeitados deve fazer parte da cultura cívica. Deve haver um esforço mútuo em prol do capital social, ou seja, o estabelecimento de laços e confiança interpessoal entre os que chegam e os que já fazem parte de uma sociedade. Oportunidades igualitárias levam à equidade, que rege funções distributivas e socialmente justas. Tal ponto de vista é correlato à necessidade de políticas compensatórias, como para pessoas refugiadas, tais como programas sociais, para refutar os efeitos nocivos da desigualdade social, como estratégia de inclusão e democratização. Essas políticas ampliam a participação social, dando voz não apenas às reivindicações mas à cultura de um povo, essencial para seu empoderamento.

Por meio das entrevistas feitas e reportagens lidas, foi possível perceber a importância da solidariedade formada entre a comunidade de pessoas refugiadas na cidade de São Paulo, assim como no projeto conduzido em Berlim, na Alemanha. Mais uma vez, essas redes de cooperação mostram-se essenciais para a integração de pessoas refugiadas. O empreendedorismo, entendido como o ato de começar um negócio, seja ele tradicional ou inovador, tem se mostrado a forma mais comum tanto de integração quanto subsistência para

famílias refugiadas. A dificuldade com o idioma, a desconfiança por parte do empregador, e os poucos recursos para comprovar experiência e escolaridade fazem da abertura do próprio negócio uma saída para o refugiado pagar as contas.

Enquanto a mulher empreendedora ganha espaço no Brasil e no mundo, os desafios são similares aos de refugiadas empreendedoras. Os cuidados da casa e da família ainda pesam e recaem, em sua maioria, sobre elas. Mostra-se necessário, portanto, projetos e políticas de apoio, para que a mulher tenha o poder de escolher trabalhar fora de casa. A refugiada Muna Darweesh não trabalhava fora na Síria, mas no Brasil garante o sustento com a ajuda da família. Sua figura perante a mídia nacional mostra sua força de vontade, capacidade e empoderamento por meio da abertura do seu próprio restaurante, assim como Ghazal Al-Tiwani. Já Rima Eissa descreve sua experiência para com a liberdade feminina de trabalhar na Síria igual ao Brasil, desmistificando o machismo intrínseco à cultura árabe. Em seu caso, como migrante muçulmana solitária, o empreendedorismo como massagista autônoma também tem garantido sua renda. Dana Al-Balhki se utilizou de sua experiência profissional na Síria para garantir um emprego como professora de inglês, tendo recorrido ao empreendedorismo na forma de professora autônoma particular anteriormente.

Os projetos voltados para refugiados no Brasil, reconhecidos pela mídia no país, ainda estão em sua maioria em suas primeiras edições, e portanto, passando por adaptações. Em suas variadas formas, tem tido papel fundamental em treinar pessoas refugiadas assim como integrá-las à comunidade; os workshops dados por refugiados são um exemplo disso, nos quais o refugiado assume o papel de professor e compartilha a sua cultura com a nova sociedade. Até mesmo o aprendizado da língua local é facilitado por iniciativas como estas, e as interações presenciais formam redes entre refugiados de diversas nacionalidades, dada a empatia pelas experiências pelas quais passaram nesta condição.

Embora o Brasil tenha avançado nos últimos anos para com políticas voltadas aos refugiados, há dúvida quanto à permanência da pauta na agenda nacional. A agenda de assuntos exteriores tem sofrido mudanças que afetam a ampliação de políticas públicas para refugiados no país; fala-se em segurança fronteiriça, entre outros assuntos, mas não em questões migratórias humanitárias. Na última Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2016, o governo não tomou frente quanto à questão de ampliar o recebimento de refugiados no país. Resta torcer para que os projetos com os refugiados do país sejam expandidos e melhorados, atendendo às necessidades das mulheres para que sejam cada vez menos vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BBC. *Migrant crisis: Migration to Europe explained in seven charts*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. *Lei Federal No 9.474, de 22 de julho de 1997*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL ECONÔMICO. *Trabalho informal aumenta em meio a onda recente de demissões*. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/economia/2015-03-19/trabalho-informal-aumenta-em-meio-a-onda-recente-de-demissoes.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2122.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

COPLEY, Caroline. *Refugees bring entrepreneurial spirit to risk-shy Germany*. *Reuters*. Disponível em <<http://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-germany-entrepreneurs-idUSKCN0VA2D8>>. Acesso em: 25 set. 2016

ABDELZAHER, Dina et al. *Developing Women Leaders Through Entrepreneurship Education and Training*. *Academy of Management Perspectives*, v. 29, n. 2, p. 250-270, 2015.

ALPERSTEDT, Graziela; FERREIRA, Juliane; SERAFIM, Maurício. *Empreendedorismo Feminino: Dificuldades relatadas em histórias de vida*. *Revista de Ciências da Administração*, v. 15, n. 40, p. 221-234, dez. 2014.

AMORÓS, J.E; TERJESEN, Siri. *Female Entrepreneurship in Latin America and the Caribbean: Characteristics, Drivers and Relationship to Economic Development*. *European Journal of Development Research*, v. 22, n. 3, p. 313-330, maio 2010.

ARAÚJO, Ujará, et al. *Female Entrepreneurship as Subject of Research*. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, p. 319-342, abr./jun. 2014.

ARENDDT, Hanna. *Poder e violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

CAMPOS, Marden Barbosa de. *Características Demográficas e a Voluntariedade da Migração*. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 23, n. 45, p. 273-290, jul./dez. 2015.

CRISPIM, Denise. *Empresas se abrem à contratação de refugiadas*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/empresas-se-abrem-a-contratacao-de-refugiadas/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FELLET, João. *Governo Temer suspende negociação com Europa para receber refugiados sírios*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36556393>>. Acesso em: 25 set. 2016.

FONTENELE, Raimundo. Empreendedorismo, Competitividade e Crescimento Econômico: Evidências Empíricas. *RAC*, Curitiba, v. 14, n. 6, p. 1094-1112, nov./dez. 2010.

FURTADO, Juliana; SILVA, Ana Carolina; ZANINI, Roselaine. Evolução do empreendedorismo no Brasil baseada nos indicadores do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). *Revista Produção Online*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 758-780, abr./jun. 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KAUFMANN FOUNDATION. *Who We Are*. Disponível em: <<http://www.kauffman.org/who-we-are>>. Acesso em: 25 set. 2016.

LLOYD, Ainsley; TERJESSEN, Siri. *The 2015 Female Entrepreneurship Index*. Global Entrepreneurship and Development Institute. Disponível em: <<http://thegedi.org/research/womens-entrepreneurship-index/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MANTOVANI, Flávia. *Árabes de SP ajudam refugiados sírios em 'via-crúcis' da adaptação*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/arabes-de-sp-ajudam-refugiados-sirios-em-crucis-da-adaptacao.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

MARINUCCI, Roberto. Mulheres, migrantes e muçulmanas. Percursos de discriminação e empoderamento. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BOTEGA Tuíla. (Org.). *Política migratória e o paradoxo da globalização*. 1 ed. Porto Alegre; Brasília: EDIPUCRS; CSEM, 2015, p. 189-207.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v. 10, n. 10, 2015.

MASON, Karen. The status of women: Conceptual and methodological issues in demographic studies. *Sociological Forum*, v. 1, n. 2, p. 284-300, 1986.

MINCER, Jacob. Family Migration Decision. *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 5, 1978. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/260710>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

NARANG, Sonia. *Helping Female Refugees Build a New Life in Berlin*. Disponível em: <<https://www.newsdeeply.com/womenandgirls/helping-female-refugees-build-a-new-life-in-berlin/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Emprego informal em micro e pequenas empresas na América Latina chega a 60%*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-emprego-informal-em-micro-e-pequenas-empresas-na-america-latina-chega-60>>. Acesso em: 25 set. 2016.

PACHIONI, Miguel. *Oficina de artesanato empodera e fortalece vínculos de mulheres refugiadas em Brasília*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/oficina-de-artesanato-empodera-e-fortalece-vinculos-de-mulheres-refugiadas-em-brasilia/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

PACTO GLOBAL. *Integração de refugiadas passa pelo trabalho*. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/Artigo/214/Integracao-de-refugiadas-passa-pelo-trabalho>>. Acesso em: 25 set. 2016

PORTAL BRASIL. *Brasil prorroga por dois anos emissão de vistos especiais para refugiados sírios*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/brasil-prorroga-por-dois-anos-emissao-de-vistos-especiais-para-refugiados-sirios>>. Acesso em: 25 set. 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. *Dúvidas relacionadas ao microempreendedor individual*. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/perguntas-frequentes/duvidas-relacionadas-ao-microempreendedor-individual-1/o-microempreendedor-individual-mei>>. Acesso em: 28 set. 2016.

RIBEIRO Jr., Valdir. Projeto da ONU no Brasil ajuda refugiadas a entrarem no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Mulheres-empendedoras/noticia/2016/03/projeto-da-onu-no-brasil-ajuda-refugiadas-entrarem-no-mercado-de-trabalho.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ROSTOS DA MIGRAÇÃO. Muna e Wessam. Disponível em: <<http://rostos.org/pt/2016/03/muna-darweesh-wessam-aljammal/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SCHUMPETER, Joseph. "O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico". In *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAFIM, Ana Carolina; TEODÓSIO, Armino; VALE, Gláucia. Gênero, Imersão e Empreendedorismo: Sexo Frágil, Laços Fortes? *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 4, art. 4, p. 631-649, jul./ago. 2011.

SALVAIA, Patrícia. *Quitutes Sírios: Cozinhando e Virando a Mesa*. Disponível em: <<https://migraflx.wordpress.com/>>. Acesso em: 24 set. 2016.

SILVA Jr., Altamiro; TREVISAN, Cláudia. Na ONU, Temer infla número de refugiados recebidos pelo Brasil. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-afirma-que-brasil-finaliza-aprovacao-de-lei-de-imigracao,10000076890>>. Acesso em: 28 set. 2016.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT KNOWLEDGE PLATFORM. Sustainable Development Goals. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sustainabledevelopmentgoals>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SYRIAN REFUGEES. *The Syrian refugee crisis and its repercussions for the EU*. Disponível em: <<http://syrianrefugees.eu/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

TICKNER, J. Ann. A Critique of Morgenthau's Principles of Political Realism. *Millenium Journal of International Studies*, v. 17, n.3, pp. 429-440. 1988.

TICKNER, J. Ann. What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. *International Studies Quarterly*, v. 49, pp. 1-21. 2005.

UNHCR. *Figures at a glance*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

UNITED NATIONS. *Resources for speakers on global issues*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/globalissues/briefingpapers/refugees/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

WRAY, Jessica. *Groups, Stages of Entrepreneurship Focus of GEW 2016 Themes*. Disponível em: <<http://genglobal.org/gew/groups-stages-entrepreneurship-focus-gew-2016-themes>>. Acesso em: 25 set. 2016.

Apêndice A - Entrevista transcrita baseada nos áudios enviados por Ghazal pelo aplicativo Facebook Messenger

Nome: Ghazal Al-Tiwani

Idade: 32 anos

Estado civil: Casada

Filhos: Três – Riad (13), Yara (10), Sara (1)

Religião: Muçulmana

1) Quando chegou ao Brasil? O resto da família a acompanhou?

R: Em dezembro de 2013, com a família.

2) O Brasil foi seu primeiro destino? Por que?

R: O primeiro destino foi o Líbano, depois o Brasil.

3) Qual a sua escolaridade e quantos idiomas fala? Qual era sua profissão na Síria?

R: Árabe e português. Era dona de casa na Síria.

4) Como foi a chegada ao Brasil? Onde viveu? Recebeu auxílio?

R: Receberam auxílio de pessoas da mesquita, que buscaram a família no aeroporto e ficaram na casa dessas pessoas por três meses; os ajudaram a alugar um apartamento, e a colocar as crianças na escola. Estudaram português dentro da mesquita.

5) Como deu início ao seu negócio? A família a apoiou?

R: Em 2015, no aniversário da filha, ela e o marido fizeram uma festa em sua casa com pratos típicos. Um voluntário da ONG Instituto de Reintegração do Refugiado (ADUS) perguntou por que não vendiam a comida e fez uma página no Facebook para divulgar. Participaram de feiras na mesquita, no Museu da Imigração e em eventos de organizações que recebem refugiados, além de venderem por meio de encomendas. Outro voluntário sugeriu que abrissem um restaurante por meio do Kickante, plataforma de financiamento coletivo, em que as pessoas podem doar dinheiro. Atingiram a meta de R\$ 60 mil em setembro de 2015.

6) Quais foram as maiores dificuldades ao iniciar o seu negócio? Alguma dificuldade por ser mulher, especificamente (como cuidados do lar, filhos, etc.)?

R: Falta de dinheiro para investimento no restaurante.

7) Foi apoiada por algum programa no Brasil voltado a refugiados?

R: Sim, pelo Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus).

8) Quem era a principal fonte de renda do lar na Síria? E atualmente?

R: Na Síria, seu marido Talal era engenheiro mecânico, possuía escritório, três lojas e imóveis. Atualmente ambos trabalham no restaurante da família. Ela diz que prefere os cuidados do lar e dos filhos, mas que trabalha ajudando o marido pela necessidade econômica.

9) Como isso mudou a dinâmica familiar? Hoje, quem cuida da casa, dos filhos?

R: Ela diz que quando começou a trabalhar, sua filha mais nova tinha 5 meses, o que era muito difícil pois os cuidados do lar ainda caem predominantemente sobre el

Apêndice B - Entrevista respondida por Rima Eissa

Nome: Rima Eissa

Idade: 41

Estado civil: Solteira

Filhos: Nenhum

Religião: Muçulmana

10) Quando chegou ao Brasil? O resto da família a acompanhou?

R: 17/04/2016, sozinha.

11) O Brasil foi seu primeiro destino? Por que?

R: Sim, porque gosto muito [do país], mas também porque o *Visa* [é] mais fácil do que a Europa.

12) Qual a sua escolaridade e quantos idiomas fala? Qual era sua profissão na Síria?

R: Engenheira Agrônoma; Árabe, Inglês, Português; Monitoramento agrônomo, Massoterapeuta, [e] professora de Pilates.

13) Como foi a chegada ao Brasil? Onde viveu? Recebeu auxílio?

R: Cheguei ao Brasil e fui para o bairro do Ipiranga para morar com uma família brasileira. Em seguida, contratou uma semana em outra área Consolação o nome dela, eu não receber ajuda dependia de mim em tudo, o que era muito difícil.

14) Como deu início ao seu negócio? A família a apoiou?

R: Trabalhos de pesquisa até que eu encontrei a Massagem Centro de japonês (shiatsu) spa, apenas dois meses depois, eu olhei para um outro trabalho eu não encontrar na mesma massagem especialista ou esportes, então eu decidi fazer a comida em casa e eu vendi foi um bom começo, mas não havia propaganda, e eu sou nova em São Paulo não sabia como você começa às associações ou centros comerciais quanto possível para mim impraticável. Eu trabalhei em um restaurante e à esquerda porque o salário era muito pequeno e, em seguida, deixei tudo e desenvolveu um plano para o meu negócio aqui no Brasil eu quero ter meu próprio projeto [de estética] vai fazer isso com o tempo.

15) Quais foram as maiores dificuldades ao iniciar o seu negócio? Alguma dificuldade por ser mulher, especificamente (como cuidados do lar, filhos, etc.)?

R: Comercialização no início, não têm dificuldade como uma mulher, mesmo na Síria que não era o caso porque as mulheres na Síria também são independentes e tem sua própria vida e sua obra.

16) Foi apoiada por algum programa no Brasil voltado a refugiados?

R: Sim, este é o passo mais importante é a organização Adus que estava ao meu lado no início e eu os conheci através de um amigo Talal Tinawi, devo esta pessoa qualquer sucesso na próxima prática, que qualquer um sofisticado e altamente moral.

17) Quem era a principal fonte de renda do lar na Síria? E atualmente?

R: Pai e pensão é muito pequeno. Meu pai morreu.

18) Como isso mudou a dinâmica familiar? Hoje, quem cuida da casa, dos filhos?

R: Tudo estava bem até agora.

19) Qual sua perspectiva sobre o empoderamento feminino (women empowerment)? E feminismo?

R: Eu não quero falar “clichê” (direitos das mulheres como metade de um homem não) a mulher é mais importante do que o previsto pela metade, é um grande concurso criatura, paciência, amor, as mulheres merecem ser sempre o melhor, e aqui eu quero descrever a mulher brasileira que não sabe a verdade que tem, é uma mulher que trabalha fora de casa, e criar filhos, *home care*, por pessoa para a vida amorosa, ao mesmo tempo, é a mãe e o pai merece apreço e respeito.

20) Acredita que o empreendedorismo a empoderou? De que forma?

R: A oportunidade é o mais importante que pode ser dado a mulheres, porque eles têm uma pessoa inteligente e forte pessoal, na maioria dos casos, apenas querem ter o potencial para provar o seu valor e ela mesma na comunidade.

21) Se pudesse exercer qualquer profissão, qual seria?

R: Atriz.

22) Deseja regressar à Síria? Caso regresse, continuaria exercendo o empreendedorismo?

R: Eu quero ficar no Brasil é o meu segundo, eu quero alcançar meu objetivo e abriu o meu próprio projeto, meu Síria não é o único país estão amigo leal e boa Síria. É claro que eu quero voltar para o meu país, mas eu estou aqui no momento e que se tornaria meu sonho. Quero agradecer para qualquer ocasião ou entrevistar Kterwin pessoas que me incentivam aqui neste país, Mahmoud al-Masri, meu professor português, Nofl e tio Jean, Talal Tinawi, Ileana Ramos. Quanto ao tamanho deste país, mas os corações das pessoas, onde o amor da área é muito maior...